

No. 30218. Spain and Portugal

PROTOCOL BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC ON TECHNICAL COOPERATION AND MUTUAL ASSISTANCE IN THE FIELD OF CIVIL DEFENCE. EVORA, 9 MARCH 1992 [United Nations, Treaty Series, vol. 1730, I-30218.]

ADDITIONAL PROTOCOL BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC CONCERNING MUTUAL ASSISTANCE IN BORDER AREAS, ADOPTED PURSUANT TO ARTICLE 8 OF THE PROTOCOL BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC ON TECHNICAL COOPERATION AND MUTUAL ASSISTANCE IN THE FIELD OF CIVIL DEFENCE, DONE AT EVORA ON 9 MARCH 1992 (WITH ANNEXES). VALLADOLID, 21 NOVEMBER 2018*

Entry into force: 22 September 2019, in accordance with article 14(1)

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Spain, 2 October 2019

*No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.

Nº 30218. Espagne et Portugal

PROTOCOLE DE COOPÉRATION TECHNIQUE ET D'ASSISTANCE MUTUELLE EN MATIÈRE DE PROTECTION CIVILE ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE. EVORA, 9 MARS 1992 [Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 1730, I-30218.]

PROTOCOLE ADDITIONNEL ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE RELATIF À L'ASSISTANCE MUTUELLE DANS LES ZONES FRONTALIÈRES, ADOPTÉ EN VERTU DE L'ARTICLE 8 DU PROTOCOLE DE COOPÉRATION TECHNIQUE ET D'ASSISTANCE MUTUELLE EN MATIÈRE DE PROTECTION CIVILE ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE, FAIT À EVORA LE 9 MARS 1992 (AVEC ANNEXES). VALLADOLID, 21 NOVEMBRE 2018*

Entrée en vigueur : 22 septembre 2019, conformément au paragraphe 1 de l'article 14

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : Espagne, 2 octobre 2019

*Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

PROTOCOLO ADICIONAL

ENTRE

O REINO DE ESPANHA

E

A REPÚBLICA PORTUGUESA

SOBRE AJUDA MÚTUA NAS ZONAS FRONTEIRIÇAS,

ADOTADO NOS TERMOS DO ARTIGO 8º DO PROTOCOLO

ENTRE O REINO DE ESPANHA E A REPÚBLICA PORTUGUESA

SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA MÚTUA EM

MATÉRIA DE PROTEÇÃO CIVIL,

ASSINADO EM ÉVORA, EM 9 DE MARÇO DE 1992

O Reino de Espanha e a República Portuguesa, doravante denominados “Partes”,

Considerando o vigente Protocolo entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa sobre Cooperação Técnica e Assistência Mútua em Matéria de Proteção Civil, assinado em Évora, em 9 de março de 1992, que veio revogar a Convenção de Assistência Mútua entre os Serviços contra Incêndios e de Socorro Espanhóis e Portugueses, assinada em Lisboa, em 31 de março de 1980, designadamente o disposto no seu artigo 8º;

Considerando a Decisão n.º 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 17 de dezembro de 2013, relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da UE;

Considerando a importância que tem, para ambos os seus Estados, a gestão de emergências na zona fronteiriça entre Espanha e Portugal;

Considerando que já existe um bom nível de cooperação, tanto operacional como institucional, no âmbito da assistência mútua em caso de incêndios florestais entre ambos os países da fronteira hispano-lusa, que está plasmado no Protocolo Adicional em matéria de Ajuda Mútua em Caso de Incêndios Florestais nas Zonas Fronteiriças, celebrado na Figueira da Foz, em 8 de novembro de 2003 e revisto em 2009, por troca de notas, por forma a alargar a zona de atuação fronteiriça de 15 a 25 quilómetros;

Tendo em conta a utilidade de ampliar as modalidades de execução das operações de assistência mútua em incêndios florestais a outros riscos transfronteiriços, na referida área, bem como a necessidade de dispor de procedimentos mais ágeis que os estabelecidos com caráter geral que deverão permitir, quando a urgência da situação o aconselhe, uma rápida intervenção e prestação de ajuda mútua;

A Comissão Mista, prevista no artigo 7º do Protocolo, na reunião celebrada em Lisboa, a 26 de junho de 2018, acordou propor a revisão do Protocolo Adicional sobre ajuda

mútua nas zonas fronteiriças, ampliando para (25) vinte e cinco quilómetros o procedimento especial para o primeiro ataque a incêndios florestais, bem como ampliar as modalidades de ação das operações de assistência mútua a outros riscos transfronteiriços.

Assim, as Partes acordam o seguinte:

CAPÍTULO I **Disposições Gerais**

Artigo 1º. **Objeto do Protocolo**

1. O presente Protocolo estabelece as condições e procedimentos para a prestação de assistência ou socorro e os requisitos para o apoio com meios, no âmbito das emergências provocadas por incêndios florestais em zonas fronteiriças entre Espanha e Portugal.
2. O presente Protocolo tem como objetivo definir e organizar a operacionalização das operações relacionadas com a gestão de emergências em zonas fronteiriças entre Espanha e Portugal.

Artigo 2º **Âmbito territorial de aplicação**

1. O presente Protocolo aplica-se às zonas fronteiriças, que são constituídas, tanto do lado português, como do lado espanhol, pelos municípios limítrofes.
2. Dentro das zonas fronteiriças é conferida especial atenção quanto aos procedimentos aplicáveis aos incêndios florestais nos quais se observe que não estão a ser levados a cabo trabalhos de extinção por parte das autoridades do país afetado, que se encontram a menos de (25) vinte e cinco quilómetros da fronteira e cujas condições de propagação (vento, relevo, material combustível, etc.) tornem previsível

uma muito elevada probabilidade que o incêndio passe de um país para o outro num curto período de tempo.

Artigo 3º

Autoridades competentes e órgãos executivos

1. Nos casos de necessidade urgente, resultante da ocorrência de incêndios florestais nas zonas fronteiriças, as autoridades competentes para a gestão dos pedidos de assistência e socorro e da sua prestação são os Comandantes Operacionais Distritais dos distritos portugueses limítrofes e os Subdelegados do Governo nas províncias espanholas limítrofes, estes últimos agindo em coordenação com a autoridade competente da Comunidade Autónoma correspondente.

2. Nestes casos, os Comandantes Operacionais Distritais e os Subdelegados do Governo devem informar, de imediato, os seus respetivos órgãos executivos, previstos no artigo 6º do Protocolo de 9 de março de 1992, bem como, do lado espanhol, no caso de incêndios florestais, a Direção Geral de Desenvolvimento Rural, Inovação e Política Florestal do Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação, os quais conservarão a prerrogativa de chamar a si a gestão direta dos pedidos e da prestação de ajuda, cada um de acordo com as suas competências, sempre que considerem que as características da emergência assim o exigem.

CAPÍTULO II

Procedimento geral e especial para assistência mútua de combate a incêndios florestais

Artigo 4º

Procedimento geral de solicitação e disponibilização de meios

O procedimento geral de solicitação e disponibilização de meios é aplicado de acordo com os seguintes critérios:

- a) Quando a autoridade competente de uma das Partes, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 3º tenha de solicitar à outra ajuda em meios, para a extinção de um incêndio florestal no seu território, fá-lo-á diretamente à Autoridade competente do país vizinho, enviando, mediante comunicação confirmada por fax ou correio eletrónico, os dados constantes no formulário de pedido que figura no Anexo I;
- b) Esta autoridade competente responderá pelas mesmas vias, indicando se é ou não possível prestar a ajuda solicitada, e, em caso afirmativo, informará sobre os meios que pode enviar e suas características através do formulário que figura no Anexo 2.

Artigo 5º

Procedimento especial para o primeiro ataque a incêndios florestais a menos de (25) vinte cinco quilómetros da fronteira

O procedimento especial de primeiro ataque a incêndios florestais a menos de (25) vinte e cinco quilómetros da fronteira aplica-se tendo em conta os seguintes critérios:

- a) Nos casos de urgente necessidade previstos no nº 1 do artigo 3º, quando um incêndio é detetado em primeiro lugar por uma autoridade competente do país vizinho e sempre que este se encontre a menos de (25) vinte e cinco quilómetros da fronteira, existindo uma forte probabilidade de o mesmo passar de um país para o outro num curto período de tempo, essa autoridade poderá decidir a intervenção dos serviços de extinção do seu país para contê-lo, sem qualquer procedimento que não seja informar previamente a autoridade competente do país onde tem origem o incêndio, para conhecimento desta e para que possa desencadear as suas próprias operações de extinção, desde o seu próprio país;
- b) A referida intervenção é sempre condicionada à disponibilidade de meios do país que presta o auxílio;
- c) As referidas autoridades competentes informam de imediato, em Portugal, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e, em Espanha, a Direção Geral de Proteção Civil e Emergências, e, caso não o tenham feito previamente, a Direção Geral de

Desenvolvimento Rural, Inovação e Política Florestal do Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação. Nestas situações, em que a intervenção não é precedida de um pedido, não há lugar à utilização dos formulários referidos no artigo 4º do presente Protocolo, a não ser que seja necessário prolongar a utilização dos meios de ajuda para além da primeira intervenção de ataque ao incêndio.

Artigo 6º Planeamento

1. Os Comandantes Operacionais Distritais, pela Parte portuguesa, e os Subdelegados do Governo, pela Parte espanhola, em coordenação com as correspondentes Comunidades Autónomas, colocam à sua recíproca disposição os mapas de riscos de incêndios florestais nas zonas fronteiriças e os catálogos de meios e recursos disponíveis, assim como a respetiva localização, para fins de assistência a tais emergências ocorridas na área fronteiriça.
2. Esta informação deve ser incluída num Plano para Ajuda Mútua de Emergências de Incêndios Florestais em Zonas Fronteiriças, a elaborar conjuntamente pela Autoridade Nacional de Proteção Civil de Portugal e pelas Direções-Gerais de Proteção Civil e Emergências e de Desenvolvimento Rural, Inovação e Política Florestal, de Espanha, com a colaboração de todas as entidades envolvidas no combate aos incêndios florestais nos respetivos países.
3. O plano definirá o procedimento para a coordenação entre os responsáveis pela direção das operações de combate aos incêndios transfronteiriços em ambos os lados da fronteira.
4. O referido Plano deverá ser submetido à Comissão Internacional de Limites entre Espanha e Portugal, por intermédio das respetivas delegações nacionais, após o que será definitivamente aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil de Portugal e pelas Direções-Gerais de Proteção Civil e Emergências e de Desenvolvimento Rural,

Inovação e Política Florestal de Espanha e entrar em aplicação no dia seguinte ao da sua aprovação.

CAPÍTULO III
Definição e organização e execução
das operações relacionadas com a gestão de emergência

Artigo 7.º
Definições de riscos

1. Risco quotidiano ou corrente: Um risco é considerado quotidiano ou corrente quando o efeito sobre a atividade dos serviços de proteção civil dos Distritos fronteiriços portugueses ou dos serviços de emergência localizados no âmbito territorial das Comunidades Autónomas Espanholas limítrofes, tem uma elevada probabilidade de ocorrência. Corresponde aos seguintes tipos de intervenções:

- Intervenção e salvamento de pessoas;
- Operações diversas.

2. Risco especial: Um risco é considerado especial quando apresenta as seguintes características:

- Uma probabilidade reduzida e imprevisível;
- Consequências de gravidade grave e consecutiva relativa ao mesmo evento, como numerosas vítimas e/ou danos significativos ao património e/ou forte impacto no meio ambiente.

Em caso de risco especial, a organização da intervenção leva a uma forte mobilização de recursos humanos e materiais, sendo uma situação de emergência caracterizada por:

- Possível ativação de planos de emergência de Proteção Civil, territoriais ou especiais, pelo lado espanhol, ou, pelo lado português, gerais ou especiais, de nível municipal ou distrital;

- A intervenção e coordenação por parte do nível distrital de proteção civil do lado português, e pelos serviços de emergência, de qualquer titularidade, do âmbito territorial da Comunidade Autónoma afetada, do lado espanhol.
- O envolvimento de meios nacionais, no caso de português, ou, no caso espanhol, de outros meios que não os da área territorial da Comunidade Autónoma afetada, tais como meios nacionais ou internacionais.
- Uma intervenção previsivelmente de longa duração;
- Uma gestão especial da comunicação aos cidadãos e aos meios de comunicação social.

Artigo 8.º

Delimitação de zonas transfronteiriças de intervenção

O âmbito de aplicação do presente Protocolo, estende-se a uma faixa estimada de 25 km, em ambos os lados da fronteira hispano-lusa.

Artigo 9.º

Serviços de emergência relevantes

1. Pela Parte portuguesa, os serviços de emergência são os meios da Autoridade Nacional de Proteção Civil, bem como outros agentes de proteção civil do distrito.
2. Pela Parte espanhola, os serviços de emergência em causa são os serviços de bombeiros e os serviços de emergência sanitária extra-hospitalares das Comunidades Autónomas limítrofes, bem como os serviços de emergência estatais mobilizados pela Direção-Geral de Proteção Civil e Emergências.

Artigo 10.º

Plano Geral de Assistência Mútua

1. As autoridades competentes para solicitar pedidos de ajuda, cujos pontos de contacto operacionais estão enumerados no Anexo 3, são:

- Pela Parte portuguesa: O Comandante Operacional Distrital;
 - Pela Parte espanhola: O Subdelegado do Governo da província afetada, em coordenação, se for caso disso, com os Subdelegados de outras províncias afetadas e com a correspondente Comunidade Autónoma.
2. O pedido de assistência expresso por uma das Partes é formalizado por escrito (Anexo 4) e transmitido por qualquer meio à outra Parte.
3. Em caso de resposta positiva, a autoridade requerida indica por escrito (Anexo 5) à autoridade requerente, sob qualquer forma adequada:
- O número de pessoas e o tipo de materiais que farão parte da equipa de intervenção;
 - O tempo estimado de chegada à zona de intervenção;
 - As possíveis necessidades da equipa de intervenção no momento da chegada.
4. Os diferentes serviços abrangidos pelo presente Protocolo poderão realizar, de acordo com as autoridades competentes da outra Parte, os exames preliminares necessários nas áreas de intervenção, a fim de facilitar o cumprimento das missões posteriores. Além disso, as autoridades competentes podem estabelecer, de comum acordo, os planos específicos necessários para a execução das operações de intervenção.
5. Os recursos da Parte requerida, colocados à disposição da Parte requerente, serão colocados sob a autoridade do responsável das operações de intervenção da Parte requerente. Os requisitos logísticos dos meios disponibilizados serão da responsabilidade da organização à qual corresponde a gestão das operações de intervenção.
6. No lado português, o Comando Distrital envolvido deve ser informado, de forma permanente, de cada intervenção e da sua articulação com o plano de intervenção implementado.

7. Do lado espanhol, a Subdelegação do Governo de cada Província afetada deve ser mantida informada.

Artigo 11.º

Encargos com a missão de assistência

1. As despesas resultantes das intervenções relacionadas com a aplicação das disposições do presente Protocolo serão objeto de entendimento entre os serviços de proteção civil portugueses e os serviços espanhóis de emergência e de proteção civil. A fim de harmonizar as disposições dos referidos entendimentos, estes serão submetidos ao parecer da Comissão Mista Hispano-Lusa prevista no artigo 7.º do Protocolo de Évora.

2. O financiamento da cooperação estabelecida pelo presente Protocolo será assumido pelas Partes, dentro dos limites da sua disponibilidade orçamental e do cabimento destinado a estas despesas.

Artigo 12.º

Aplicação a nível local

Para implementar as disposições do presente Protocolo, os Comandantes Operacionais Distritais dos Distritos fronteiriços portugueses podem contactar diretamente os Subdelegados do Governo das províncias espanholas vizinhas.

Artigo 13.º

Possíveis dificuldades de aplicação

1. Qualquer diferendo relativo à aplicação do presente Protocolo será resolvido por negociação entre as Partes, podendo ser objeto de consideração na reunião anual da Comissão Mista Hispano-Lusa.

2. Cada Parte apresentará na reunião anual da Comissão Mista Hispano-Lusa um balanço geral das atividades desenvolvidas.

CAPITULO IV
Disposição Final

Artigo 14º
Entrada em vigor

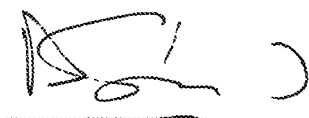
1. O presente Protocolo entra em vigor (30) trinta dias após a data de receção da última notificação, por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno de cada uma das Partes necessários para o efeito.
2. O presente Protocolo vigorará por um período de (2) dois anos, renovável automaticamente por igual período, podendo ser denunciado por qualquer das Partes, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência mínima de (6) seis meses.
3. Com a entrada em vigor do presente Protocolo, o Protocolo Adicional sobre ajuda Mútua em caso de Incêndios Florestais nas Zonas Fronteiriças, adotado nos termos do Artigo 8º do Protocolo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Técnica e Assistência Mútua em Matéria de Proteção Civil, assinado em Évora, em 9 de março de 1992, assinado na Figueira da Foz, em 8 de novembro de 2003 e alterado, por troca de notas de 2009, cessa a sua aplicação.

Feito em Valladolid, em 21 de Novembro de 2018, em dois originais, nas línguas espanhola e portuguesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo

Reino de Espanha

O Presidente do Governo

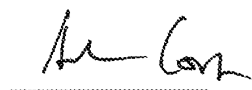


Pedro Sánchez Pérez-Castejón

Pela

República Portuguesa

O Primeiro-Ministro



António Costa

**ANEXO 1: FORMULÁRIO DE PEDIDO À DG PARA A BIODIVERSIDADE
DE MEIOS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS**

Data do pedido: ____ / ____ / 20__

Hora do pedido: ____ h ____ min

SOLICITANTE:

Organismo _____
 Pessoa que autoriza o pedido _____ Cargo _____
 Telefone _____ Fax _____

LOCALIZAÇÃO DO INCÊNDIO:

Distrito: _____ Município/Concelho _____ Freguesia _____ Quadricúla _____
 Coordenadas: Longitude: _____ Latitude: _____
 Data de início do incêndio: ____ / ____ / 20__ às ____ h ____ min
 Há outros incêndios de grande magnitude activos? Sim Não

CARACTERÍSTICAS DO INCÊNDIO:

Proporções do incêndio no momento do pedido	Bens ameaçados pelo fogo	Tipo de fogo	Relevo
≤ 25 hectares <input type="radio"/>	Povoações <input type="radio"/>	De mato <input type="radio"/>	Plano <input type="radio"/>
26 - 100 hectares <input type="radio"/>	Infraestruturas <input type="radio"/>	De copas <input type="radio"/>	Acentado <input type="radio"/>
101 - 500 hectares <input type="radio"/>	Áreas Protegidas <input type="radio"/>	De pastagens <input type="radio"/>	Escarpado <input type="radio"/>
> 500 hectares <input type="radio"/>	Povoamento Florestal <input type="radio"/>		

NÚM. DE MEIOS EM ACTUAÇÃO:

Aerotanques anfíbios: _____
 Aerotanques Carga em Terra: _____
 Helicópteros: _____
 Veículos Combate a Incêndio: _____
 Máquinas de Rasto: _____
 Equipas de Intervenção: _____

NÚM. DE MEIOS SOLICITADOS:

Aerotanques anfíbios: _____
 Aerotanques de Carga em Terra: _____
 Helicópteros: _____
 Brigadas Heltransportadas (BHT): _____

INFORMAÇÃO PARA ACTUAÇÃO NO INCÊNDIO

Comandante das Operações de Socorro: _____ Telemóvel: _____
 Comunicações rádio: AM: Frequência: _____ Id. Aeronave Coordenação: _____
 Local de reabastecimento de aeronaves (Scooping): _____ Porto de encontro para meios terrestres: _____
 Longitude: _____ Latitude: _____ Longitude: _____ Latitude: _____

OBSERVAÇÕES:

 Assinatura _____

**ANEXO 2: FORMULÁRIO DE RESPOSTA AO PEDIDO POR OUTROS PAÍSES
DE MEIOS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS**

Data de autorização: ____ / ____ / 20__

Hora de autorização: ____ h ____ min

LOCALIZAÇÃO DO INCÊNDIO:

País: _____ Distrito: _____ Município/Concelho: _____

MEIOS QUE SE ENVIAM:**AERONAVES:**

Tipo Aeronave	Matrícula	Base de origem	Comandante da aeronave	Telefone	Tipo Combustível

AA = Aerotanque amido (5.500 litros); ACT = Aerotanques de carga em Terra (3.000 litros); AGCT = Avião Hercules C-130 (11.000 litros); HCBI = Helicóp. bombardeiro (4.500 litros); HTA = Helicóp. de Transporte (1.500 litros); HTB = Helicóp. de Transporte (2.500 litros);
LIMITAÇÃO: O tempo máximo de voo num dia é de 8 horas por razões de SEGURANÇA AERONÁUTICA.

MEIOS TERRESTRES:

Tipo de meio	Identificação	Base de origem	Responsável pelo meio	Telefone

BRT = Equipa de Intervenção; BRITA = Brigada Heltransportada A (17 elementos); BHTB = Brigada Heltransportada B (9 elementos);
 VCI = Veículo de Combate a Incêndio (3.000 l); MR = Máquina de Rasão;
LIMITAÇÃO: O tempo máximo de trabalho num dia é de 18 horas por razões de SEGURANÇA.
OBSERVAÇÃO: As equipas terrestres devem dispor de intérprete com comunicações rádio durante a sua intervenção no incêndio.

REMETENTE EM PORTUGAL:

Organismo: _____
 Pessoa que autoriza o envio: _____ Cargo: _____
 Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

OBSERVAÇÕES:

	Assinatura

ANEXO 3 - PONTOS OPERACIONAIS DO CONTATO

1. As organizações autorizadas a enviar pedidos de assistência e a coordenar o processamento das candidaturas recebidas serão as seguintes:

a. Pela Parte espanhola:

• **Dirección General de Protección Civil y Emergencias del Ministerio del Interior:**

Teléfono: (+34) 91 537 3238

Fax: (+34) 91 537 31 94

Email: cenem@procivil.mir.es

• **Subdelegación del Gobierno en Pontevedra**

Teléfono: (+34) 986 98 90 00

Fax: (+34) 986 98 92 32

Email gabinete telegráfico: subdelegacion.pontevedra@correo.gob.es

Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.pontevedra@correo.gob.es

• **Subdelegación del Gobierno en Orense**

Teléfono: (+34) 988 75 90 00

Fax: (+34) 988 75 91 91

Email gabinete telegráfico: transmisiones.ourense@correo.gob.es

Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.ourense@correo.gob.es

• **Subdelegación del Gobierno en Zamora**

Teléfono: (+34) 980 75 90 00

Fax: (+34) 980 75 91 55

Email gabinete telegráfico: centralita.zamora@correo.gob.es

Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.zamora@correo.gob.es

• **Subdelegación del Gobierno en Salamanca**

Teléfono: (+34) 923 75 90 00

Fax: (+34) 923 75 91 99

Email gabinete telegráfico: centralita.salamanca@correo.gob.es

Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.salamanca@correo.gob.es

• **Subdelegación del Gobierno en Cáceres**

Teléfono: (+34) 927 74 90 00

Fax: (+34) 927 74 91 91

Email gabinete telegráfico: telex.caceres@correo.gob.es

Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.caceres@correo.gob.es

• **Subdelegación del Gobierno en Badajoz**

Teléfono: (+34) 924 97 90 00

Fax: (+34) 924 97 91 45

Email gabinete telegráfico: gabinete_telegrafico.extremadura@correo.gob.es

Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.extremadura@correo.gob.es

- **Subdelegación del Gobierno en Huelva**

Teléfono: (+34) 959 75 90 00

Fax: (+34) 959 75 91 84

Email gabinete telegráfico: grupo_transmisiones.huelva@correo.gob.es

Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.huelva@correo.gob.es

- b. Pela Parte portuguesa:**

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo**

Telefone: (+351) 258 806 610

Fax: (+351) 258 806 619

Endereço de Email: CDOS.VCastelo@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga**

Telefone: (+351) 253 201 350

Fax: (+351)253 201 358

Endereço de Email: CDOS.Braga@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real**

Telefone: (+351) 259 303 170 Fax: (+351) 259 303 179

Endereço de Email: CDOS.VReal@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança**

Telefone: (+351) 273 300 240 Fax: (+351) 273 300 241

Endereço de Email: CDOS.Braganca@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda**

Telefone: (+351) 271 210 830 Fax: (+351) 271 210 839

Endereço de Email: CDOS.Guarda@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Castelo Branco**

Telefone (+351) 272 329 935 Fax: (+351) 272 324 993

Endereço de Email: CDOS.CBranco@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Portalegre**

Telefone: (+351)245 337 340 Fax: (+351)245 337 359

Endereço de Email: CDOS.Portalegre@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora**

Telefone: (+351) 266 739 400 Fax: (+351) 266 739 404

Endereço de Email: CDOS.Evora@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja**

Telefone: (+351) 284 311 150 Fax: (+351) 284 311 159

Endereço de Email: CDOS.Beja@prociv.pt

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro**

Telefone: (+351) 289 887 510 Fax: (+351) 289 887 511

Endereço de Email: CDO5.Faro@prociv.pt

Cada servicio enviará, en su caso, los informes a sus superiores jerárquicos siguiendo sus propios procedimientos internos.

2. Los organismos encargados de la movilización de los medios operativos son:

a. **Pela Parte espanhola:**

- Dirección General de Protección Civil y Emergencias
Telefono (+34) 91 537 3238
Fax: (+34)91 537 31 94
Dirección de correo electrónico cenem@procivil.mir.es

- 112 GALICIA
Teléfono: (+34) 881958000
Fax: (+34) 981 541 414
Dirección correo electrónico: 112Galicia@xunta.es

- 112 EXTREMADURA.
Teléfono: (+34) 924 310 204
Fax: (+34) 924 311 487
Dirección correo electrónico: 112@gobex.es

- 112 ANDALUCÍA.
Teléfono: (+34) 955 927 110
Fax: (+34) 955 041 971
Dirección correo electrónico: 112andalucia.cji@juntadeandalucia.es

b. **Pela Parte portuguesa:**

- **Autoridade Nacional de Proteção Civil**

Avenida do Forte, 2794 -112 Carnaxide

Telefone geral: (+351) 214 247 100 | Fax administrativo: (+351) 214 247 180

Email geral: geral@prociv.pt

ANEXO 4: FORMULÁRIO DE PEDIDO DE MEIOS DE INTERVENÇÃO

Data do pedido ____ / ____ / 20____ Hora do pedido ____ h ____ min

LOCALIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA

País _____ Distrito _____ Município/Concelho _____
 Rua _____ Coordenadas. N _____ W _____

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

MEIOS SOLICITADOS

Tipo de meio	Quantidade

PONTO DE CONTACTO

Nome	Contacto

PONTO DE ENCONTRO

Local	Coordenadas
	N _____
	W _____

REMETENTE

Organismo _____
 Pessoa que autoriza o envio _____
 Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

OBSERVAÇÕES

	Assinatura _____
--	------------------

ANEXO 5: FORMULARIO DE RESPOSTA A PEDIDOS DE MEIOS DE INTERVENÇÃO

Data do pedido: ____ / ____ / 20 ____ Hora do pedido ____ h ____ min

LOCALIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA

Faz _____ Distrito _____ Município/Cidade _____
 Rio _____ Coordenadas N _____ W _____

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

MEIOS ENVIADOS

Tipo de meio	Estado	Nome Classif. Veículo	Codificação

VZ2 - Veículo Leve de Combate e Incêndio // VZ3 - Veículo Leve de Combate e Incêndio // VZ5 - Veículo Especial de Combate e Incêndio // VE - Veículo Escudo // VP - Veículo Patrulha // VLA - Veículo Leve de Socorro e Assistência // VSA3 - Veículo de Socorro e Assistência Tático // VSAE - Veículo de Socorro e Assistência Especial // VSAE - Assistência de Socorro // VSC - Assistência de Combate Inanimes // VSDT - Veículo de Comando Tático // VSDC - Veículo de Comando e Comunicação // VSMR - Veículo de Patrulha de Combate e Assistência // VTFU - Veículo Tanque Urbano // VTFP - Veículo Tático de Transporte de Pessoal // ERSY - Estação de Resposta de Socorro e Transporte.

PUNTO DE ENCONTRO

Local	Coordenadas
	N W

REMETENTE

Organismo _____
 Pessoa que autoriza o envio _____
 Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

OBSERVAÇÕES

	Assinatura _____
--	------------------

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

PROTOCOLO ADICIONAL

ENTRE

EL REINO DE ESPAÑA

Y

LA REPÚBLICA PORTUGUESA

SOBRE AYUDA MUTUA EN ZONAS FRONTERIZAS,

ADOPTADO EN LOS TÉRMINOS DEL ARTÍCULO 8 DEL PROTOCOLO

ENTRE EL REINO DE ESPAÑA Y LA REPÚBLICA PORTUGUESA SOBRE

COOPERACIÓN

TÉCNICA Y ASISTENCIA MUTUA EN MATERIA DE PROTECCION CIVIL,

HECHO EN ÉVORA EL 9 DE MARZO DE 1992

El Reino de España y la República Portuguesa, en lo sucesivo denominados las "Partes",

Considerando el vigente Protocolo entre el Reino de España y la República Portuguesa sobre Cooperación Técnica y Asistencia Mutua en Materia de Protección Civil, hecho en Évora el 9 de marzo de 1992, que ha venido a revocar el Convenio de Asistencia Mutua entre los Servicios contra Incendios y de Socorro Españoles y Portugueses, firmado en Lisboa el 31 de marzo de 1980, en particular lo que dispone el artículo 8;

Considerando la Decisión 1313/2013 / UE del Parlamento Europeo y del Consejo de la Unión Europea, de 17 de diciembre 2013, relativa a un Mecanismo de Protección Civil de la UE;

Teniendo en cuenta la importancia que tiene para ambos los Estados la gestión de emergencias en la zona fronteriza entre España y Portugal;

Considerando que ya existe una cooperación de buen nivel, tanto a nivel operativo como profesional, en cuestión de ayuda mutua en caso de incendios forestales entre los actores a ambos lados de la frontera hispano-lusa y que está plasmado en el Protocolo Adicional sobre Ayuda Mutua en caso de incendios forestales en las zonas fronterizas, hecho inicialmente en Figueira da Foz el 8 de noviembre de 2003 y modificado en 2009 por intercambio de notas, para incrementar la zona de actuación fronteriza a 15 y 25km respectivamente;

Teniendo en cuenta la utilidad de ampliar las modalidades de ejecución de las operaciones de asistencia mutua en incendios forestales a otros riesgos transfronterizos en dicha área; así como la necesidad de disponer de unos procedimientos más ágiles que los establecidos con carácter general que deben permitir, cuando la urgencia de la situación haga aconsejable, una rápida intervención y prestación de ayuda mutua;

La Comisión Mixta, prevista en el Artículo 7º del Protocolo, en la reunión celebrada en Lisboa el 26 de junio de 2018, acordó proponer la actualización del Protocolo Adicional sobre ayuda mutua en zonas fronterizas, ampliando hasta los (25) veinticinco kilómetros el procedimiento especial de primer ataque a incendios forestales, así como ampliar las modalidades de ejecución de las operaciones de asistencia mutua a otros riesgos transfronterizos.

Por todo ello, ambas Partes acuerdan las disposiciones siguientes:

CAPITULO I **Disposiciones Generales**

Artículo 1º **Objeto del Protocolo**

1. El presente Protocolo establece las condiciones y procedimientos para la prestación de asistencia o socorro y los requisitos para la aportación de medios, en el ámbito de las emergencias provocadas por incendios forestales, en zonas fronterizas entre España y Portugal.
2. El presente Protocolo tiene por objeto definir y organizar la operacionalización de las operaciones relacionadas con la gestión de emergencias en zonas fronterizas entre España y Portugal.

Artículo 2º **Ámbito territorial de aplicación**

1. El presente Protocolo será de aplicación a las zonas fronterizas que, tanto del lado portugués como del español, están constituidas por los municipios limítrofes.
2. Dentro de las zonas fronterizas tendrán una especial consideración, en cuanto a los procedimientos a aplicar a los incendios forestales que, no observándose que se estén llevando a cabo trabajos de extinción por parte de las autoridades del país afectado, se

encuentren a menos de (25) veinticinco kilómetros de la frontera y cuyas condiciones de propagación (viento, relieve, modelos de combustible, etc.), hagan previsible una muy elevada probabilidad de que el fuego pase de un país a otro, en un corto periodo de tiempo.

Artículo 3º

Autoridades competentes y órganos ejecutores

1. En los casos de urgente necesidad, derivada de la ocurrencia de incendios forestales en zonas fronterizas, las autoridades competentes para la gestión de la solicitud y la prestación de la ayuda, serán los Comandantes Operacionales Distritales de los distritos portugueses limítrofes y los Subdelegados del Gobierno en las provincias españolas limítrofes, estos últimos actuando en coordinación con la autoridad competente de la Comunidad Autónoma correspondiente.
2. En estos casos, los Comandantes Operacionales Distritales y los Subdelegados del Gobierno habrán de informar, de forma inmediata, a sus respectivos órganos ejecutores previstos en el artículo 6 del Protocolo de 9 de marzo de 1992 así como, en el caso español, en caso de incendios forestales, a la Dirección General de Desarrollo Rural, Innovación y Política Forestal del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, los cuales conservarán la capacidad para hacerse cargo de la gestión directa de las solicitudes y prestaciones de ayuda, de acuerdo cada uno con sus competencias, en aquellos casos en que estimen que las características de la emergencia lo hicieran necesario.

CAPITULO II
Procedimientos generales y especiales
para asistencia mutua de lucha contra incendios forestales

Artículo 4º
Procedimiento general de solicitud y disponibilidad de medios

El procedimiento general de solicitud y disponibilidad de medios se aplicará de acuerdo con los siguientes criterios:

- a) Cuando la autoridad competente de una de las Partes, según lo dispuesto en el artículo 3.1, deba solicitar la ayuda de medios de la otra para la extinción de un incendio forestal en su territorio, lo hará a la autoridad competente del país vecino, enviando mediante comunicación confirmada por fax o correo electrónico, los datos que se incluyen en el formulario de solicitud que figura en el Anexo 1;
- b) Esta autoridad competente contestará por las mismas vías indicando si es posible prestar dicha ayuda o no, y en caso afirmativo, informará sobre los medios que puede enviar y sus características con el formulario que figura en el Anexo 2.

Artículo 5º
Procedimiento especial de primer ataque a incendios forestales a menos de (25)
veinticinco kilómetros de la frontera

El procedimiento especial de primer ataque a incendios forestales a menos de (25) veinticinco kilómetros de la frontera será de aplicación con los siguientes criterios:

- a) En los supuestos de urgente necesidad previstos en el artículo 3.1, cuando un incendio fuera primeramente detectado por una autoridad competente del país vecino, y siempre y cuando éste se encontrara a menos de (25) veinticinco kilómetros de la frontera y existiera alta probabilidad de que el fuego pasara de un país a otro en un corto período de tiempo, esa autoridad podrá decidir la intervención de los servicios de extinción de su país para contenerlo, sin más requisitos que la comunicación previa a la autoridad competente del país donde se origina el incendio,

para conocimiento de ésta y para que pueda disponer el comienzo de las labores de ataque desde su propio país;

b) Dicha intervención quedará condicionada, en todo caso, a la disponibilidad de medios del país que presta la ayuda;

c) Dichas autoridades competentes informarán de inmediato, en Portugal, a la Autoridad Nacional de Protección Civil, y en España, a la Dirección General de Protección Civil y Emergencias y, si no lo hubiera hecho previamente, a la Dirección General de Desarrollo Rural, Innovación y Política Forestal del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Como sea que en estas circunstancias la intervención no es en respuesta a una solicitud, no será necesario el uso de los formularios a los que se hace referencia en el artículo 4, del presente Protocolo, a no ser que sea precisa la prolongación de la intervención de los medios de ayuda más allá del primer ataque al incendio.

Artículo 6º Planificación

1. Los Comandantes Operacionales Distritales, por la Parte portuguesa, y los Subdelegados del Gobierno, por la Parte española, en coordinación con las Comunidades Autónomas correspondientes, pondrán a disposición mutua los mapas de riesgos por incendios forestales en zonas fronterizas y los catálogos de medios y recursos disponibles, así como su localización, para la atención de emergencias por incendios forestales ocurridos en zonas fronterizas.

2. Esta información deberá formar parte de un Plan de Ayuda Mutua en Emergencias por Incendios Forestales en Zonas Fronterizas, el cual se elaborará conjuntamente entre la Autoridad Nacional de Protección Civil de Portugal, y las Direcciones Generales de Protección Civil y Emergencias y de Desarrollo Rural, Innovación y Política Forestal de España, con la colaboración de todas las entidades implicadas en la lucha contra los incendios forestales en los respectivos países.

3. El Plan definirá el procedimiento de coordinación entre los responsables para la dirección de la lucha contra los incendios transfronterizos a ambos lados de la frontera.

4. El referido Plan deberá ser sometido a la Comisión Internacional de Límites entre España y Portugal, por intermedio de las respectivas delegaciones nacionales, tras lo cual será definitivamente aprobado por la Autoridad Nacional de Protección Civil de Portugal y por las Direcciones Generales de Protección Civil y Emergencias y de Desarrollo Rural, Innovación y Política Forestal de España, entrando en vigor al día siguiente de su aprobación.

CAPITULO III
Definición, organización y ejecución
de las operaciones relacionadas con la gestión de emergencias

Artículo 7º
Definiciones de riesgos

1. Riesgo cotidiano o corriente: Un riesgo se considera cotidiano o corriente cuando el efecto sobre la actividad de los servicios de protección civil de los Distritos fronterizos portugueses o de los servicios de emergencia situados en el ámbito territorial de las Comunidades Autónomas españolas limítrofes, tiene una alta probabilidad de ocurrencia. Corresponde a los siguientes tipos de intervenciones:

- Intervención y salvamento de personas.
- Operaciones diversas.

2. Riesgo especial: Un riesgo se considera "especial" cuando presenta las siguientes características:

- Un probabilidad reducida e impredecible.

- Consecuencias de una gravedad importante consecutivas al mismo evento, tales como numerosas víctimas y / o daños importantes a los bienes y / o fuertes impactos sobre el medio ambiente.

En caso de riesgo especial, la organización de la intervención da lugar a una fuerte movilización de recursos humanos y materiales, tratándose de una situación de emergencia que se caracteriza por:

- Posible activación de planes de emergencia de Protección Civil, territoriales o especiales, por parte española, o, por el lado portugués, generales o especiales, municipales o de distrito;
- La intervención y coordinación de los servicios de protección civil distritales, por parte portuguesa y de los servicios de emergencia, de cualquier titularidad, del ámbito territorial de la Comunidad Autónoma afectada, por parte española;
- La implicación de los medios nacionales, en el caso portugués, o de medios distintos a los del ámbito territorial de la Comunidad Autónoma afectada, en el caso español, así como nacionales o internacionales;
- Una intervención previsible de larga duración;
- Una gestión especial de la comunicación a los ciudadanos y a los medios de comunicación social.

Artículo 8º

Delimitación de las zonas fronterizas de intervención

El ámbito de aplicación del presente Protocolo se extiende a una franja estimativa de 25 km a ambos lados de la frontera Hispano-Lusa.

Artículo 9º

Servicios de emergencia pertinentes

1. Por la Parte portuguesa, los servicios de emergencia concernidos son los medios nacionales de la Autoridad Nacional de Protección Civil, así como otros agentes de protección civil del distrito.

2. Por la parte española, los servicios de emergencia concernidos son los servicios de bomberos y los servicios de emergencias sanitarias extra hospitalarias de las Comunidades Autónomas limítrofes, así como los servicios de emergencia de titularidad estatal movilizados por la Dirección General de Protección Civil y Emergencias.

Artículo 10º
Plan General de Ayuda Mutua

1. Las autoridades competentes, cuyos puntos de contacto operativos figuran en el Anexo 3, para realizar las solicitudes de ayuda son:

- Por la Parte portuguesa: Comandante Operacional Distrital;
- Por la Parte española: Subdelegado del Gobierno en la provincia afectada, en coordinación, en su caso, con los Subdelegados de otras provincias afectadas y con la Comunidad Autónoma correspondiente.

2. La solicitud de asistencia expresada por una de las Partes se formaliza por escrito (Anexo 4) y transmitido por cualquier medio a la otra Parte.

3. En caso de respuesta positiva, la autoridad requerida indica por escrito (Anexo 5) a la autoridad requirente, en cualquier forma apropiada:

- El número de personas y el tipo de materiales que vayan a formar parte del equipo de intervención;
- El tiempo estimado de llegada a la zona de intervención;
- Las posibles necesidades del equipo de intervención a su llegada.

4. Los diferentes servicios concernidos por este Protocolo podrán efectuar, de acuerdo con las autoridades competentes de la otra Parte, los reconocimientos previos que sean necesarios en las áreas de intervención, a fin de facilitar el cumplimiento de las misiones posteriores. Además, las autoridades competentes podrán establecer de

común acuerdo los necesarios planes específicos para la ejecución de las operaciones de intervención.

5. Los recursos de la Parte requerida, puestos a disposición de la Parte requirente se situarán bajo la autoridad del jefe de las operaciones de intervención de la Parte requirente. Los requerimientos logísticos de los medios puestos a disposición estarán a cargo de la organización a la que corresponda la dirección de las operaciones de intervención.

6. En el lado portugués, el Comando Distrital implicado debe ser sistemáticamente informado de cada intervención relacionada con la puesta en práctica del plan de intervención.

7. En el lado español, debe mantenerse informada a la Subdelegación del Gobierno de cada provincia afectada.

Artículo 11º

Cargo de los gastos de la misión de asistencia

1. La asunción del coste económico de las intervenciones relacionadas con la aplicación de las disposiciones del presente Protocolo será objeto de entendimiento entre los servicios de protección civil portugueses y los servicios ayuda de emergencia y de protección civil españoles. Con el fin de armonizar las disposiciones de dichos entendimientos, estos serán sometidos al dictamen de la Comisión Mixta Hispano-Lusa prevista en el artículo 7 del Protocolo de Évora.

2. La financiación de la cooperación establecida por el presente Protocolo será asumida por las Partes, dentro de los límites de su disponibilidad presupuestaria y de la asignación para los gastos ordinarios.

Artículo 12º

Aplicación a nivel local

Para poner en práctica las disposiciones del presente Protocolo, los Comandantes Operacionales Distritales fronterizos portugueses podrán contactar directamente con los Subdelegados del Gobierno de las provincias españolas limítrofes.

Artículo 13º

Posibles dificultades de aplicación

1. Toda controversia relativa a la aplicación de este Protocolo se resolverá mediante negociación entre las Partes, pudiendo ser objeto de consideración en la reunión anual de la Comisión Mixta Hispano-Lusa.
2. Cada Parte presentará en la reunión anual de la Comisión Mixta Hispano-Lusa un balance general de actividades desarrolladas.

CAPITULO IV

Disposición Final

Artículo 14º

Entrada en vigor

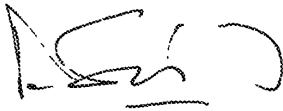
1. El presente Protocolo entrará en vigor (30) treinta días después de la fecha de recepción de la última notificación, por vía diplomática, del cumplimiento de los requisitos del ordenamiento interno de cada una de las Partes, necesarios a este efecto.
2. El presente Protocolo tendrá una duración de (2) dos años, automáticamente renovable por igual periodo, pudiendo ser denunciado por cualquiera de las Partes mediante aviso previo por escrito, y por vía diplomática, con una antelación mínima de (6) seis meses.
3. Con la entrada en vigor del presente Protocolo, cesa en su aplicación el Protocolo Adicional sobre ayuda mutua en caso de Incendios Forestales en las zonas fronterizas,

adoptado en los términos del Artículo 8º del Protocolo entre la República de Portugal y el Reino de España sobre Cooperación Técnica y Asistencia Mutua en materia de Protección Civil, firmado en Évora, el 9 de marzo de 1992, firmado en Figueira de Foz, el 8 de noviembre y modificado por intercambio de notas en 2009.

Hecho en Valladolid, el 21 de noviembre de 2018, en dos versiones, redactados en las lenguas española y portuguesa. Ambos textos dan igualmente fe.

Por
el Reino de España

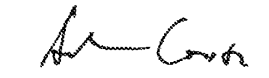
El Presidente del Gobierno



Pedro Sánchez Pérez-Castejón

Por
la República Portuguesa

El Primer Ministro



António Costa

ANEXO 1

FORMULARIO DE SOLICITUD POR OTROS PAÍSES DE MEDIOS DE EXTINCIÓN DE INCENDIOS FORESTALES

Fecha de petición: ____ / ____ / 20__

Hora de petición: ____ h ____ min

SOLICITANTE:

Organismo: _____	
Persona que autoriza la petición: _____	Cargo: _____
Teléfono: _____	Fax: _____

LOCALIZACIÓN DEL INCENDIO:

País: _____	Provincia: _____	Municipio: _____
Coordenadas: _____	Longitud: _____	Latitud: _____
Fecha de comienzo del incendio: ____ / ____ / 20__ a las ____ horas/minutos		
¿ Hay otros incendios de gran magnitud activos ? SI <input type="radio"/> No <input type="radio"/>		

CARACTERÍSTICAS DEL INCENDIO:

Tamaño del incendio en el momento de la solicitud	Bienes amenazados por el fuego	Tipo de fuego	Relieve
<= 25 hectáreas <input type="radio"/>	Poblaciones <input type="radio"/>	De matorral <input type="radio"/>	Liso <input type="radio"/>
26 - 100 hectáreas <input type="radio"/>	Infraestructuras <input type="radio"/>	De copas <input type="radio"/>	Ondulado <input type="radio"/>
101 - 500 hectáreas <input type="radio"/>	Espacios Naturales Protegidos <input type="radio"/>	De pastos <input type="radio"/>	Quebrado <input type="radio"/>
> 500 hectáreas <input type="radio"/>	Bosques <input type="radio"/>		

NÚM. DE MEDIOS ACTUANTES:

Aviones anfibios: _____
Aviones de Carga en Tierra: _____
Helicópteros: _____
Autobombas: _____
Máquinaria pesada: _____
Brigadas: _____

NÚM. DE MEDIOS SOLICITADOS:

Aviones anfibios: _____
Aviones de Carga en Tierra: _____
Helicópteros: _____
Autobombas: _____
Máquinaria pesada: _____
Brigadas Grandes Incendios (BRIG) _____

INFORMACIÓN PARA ACTUACIÓN EN EL INCENDIO:

Director de Extinción: _____		Teléfono móvil: _____	
Comunicaciones radio: AM: Frecuencia: _____		Id. Aeronave Coordinación: _____	
Punto de repostaje de aeronaves: _____		Punto de encuentro para medios terrestres: _____	
Longitud: _____	Latitud: _____	Longitud: _____	Latitud: _____

OBSERVACIONES:

_____ _____ _____ _____	Firmado: _____
----------------------------------	----------------

ANEXO 2: FORMULARIO DE PETICIÓN DE MEDIOS DE INTERVENCIÓN

ANEXO 2

FORMULARIO DE RESPUESTA A LA SOLICITUD POR OTROS PAÍSES
DE MEDIOS DE EXTINCIÓN DE INCENDIOS FORESTALES

Fecha de autorización: ____ / ____ / 20__ Hora de autorización: ____ h ____ min

LOCALIZACIÓN DEL INCENDIO:

País: _____ Provincia: _____ Municipio: _____

MEDIOS QUE SE ENVÍAN:

AERONAVES:

Tipo Aeronave	Modelo	Base de origen	Comandante de la aeronave	Teléfono móvil	Tipo Combustible

AA = Avión anfibio (8.600 libras); ACT = Avión de carga en Tierra (3.100 libras); ACCT = Avión Hercules C-130 (11.000 libras)
 HCB = Helicópt. bombardero (4.500 libras); HTA = Helicópt. de Transporte (1.500 libras); HTB = Helicópt. de Transporte (2.500 libras)
LIMITACIÓN: El tiempo máximo de vuelo en un día es de 8 horas por razones de SEGURIDAD AERONÁUTICA

MEDIOS TERRESTRES:

Tipo de medio	Modelo	Base de origen	Responsable del medio	Teléfono móvil

BRT = Brigada terrestre; BRIFA = Brigada Helitransportada (17 combatientes); BRIPB = Brigada Helitransportada (8 combatientes)
 VAB = Vehículo Autobomba (3.000 l); BZ = Bulldozer
LIMITACIÓN: El tiempo máximo de trabajo en un día es de 8 horas por razones de SEGURIDAD
OBSERVACIÓN: Los equipos terrestres deben disponer de intérprete con comunicaciones radio durante su intervención en el incendio

REMITENTE EN ESPAÑA:

Organismo: _____
 Persona que autoriza el envío: _____ Cargo: _____
 Teléfono: _____ Fax: _____ E-mail: _____

OBSERVACIONES:

	Firmado: _____

ANEXO 3 - PUNTOS DE CONTACTO OPERATIVOS

1. Los organismos habilitados para enviar solicitudes de asistencia y para coordinar el tratamiento de las solicitudes recibidas serán los siguientes:

a) Por la Parte española:

- Dirección General de Protección Civil y Emergencias del Ministerio del Interior:
Teléfono: (+34) 91 537 3238
Fax: (+34) 91 537 31 94
Dirección de correo electrónico: cenem@procivil.mir.es
- Dirección General de Desarrollo Rural, Innovación y Política Forestal del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación
Teléfono: (+34) 91347 51 76
Dirección de correo electrónico: dgdrpf@mapama.es
- Subdelegación del Gobierno en Pontevedra
Teléfono: (+34) 986 98 90 00
Fax: (+34) 986 98 92 32
Email gabinete telegráfico: subdelegacion.pontevedra@correo.gob.es
Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.pontevedra@correo.gob.es
- Subdelegación del Gobierno en Orense
Teléfono: (+34) 988 75 90 00
Fax: (+34) 988 75 91 91
Email gabinete telegráfico: transmisiones.ourense@correo.gob.es
Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.ourense@correo.gob.es
- Subdelegación del Gobierno en Zamora
Teléfono: (+34) 980 75 90 00
Fax: (+34) 980 75 91 55
Email gabinete telegráfico: centralita.zamora@correo.gob.es
Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.zamora@correo.gob.es
- Subdelegación del Gobierno en Salamanca
Teléfono: (+34) 923 75 90 00
Fax: (+34) 923 75 91 99
Email gabinete telegráfico: centralita.salamanca@correo.gob.es
Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.salamanca@correo.gob.es
- Subdelegación del Gobierno en Cáceres
Teléfono: (+34) 927 74 90 00
Fax: (+34) 927 74 91 91
Email gabinete telegráfico: telex.caceres@correo.gob.es
Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.caceres@correo.gob.es
- Subdelegación del Gobierno en Badajoz
Teléfono: (+34) 924 97 90 00
Fax: (+34) 924 97 91 45
Email gabinete telegráfico: gabinete_telegrafico.extremadura@correo.gob.es
Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.extremadura@correo.gob.es

- Subdelegación del Gobierno en Huelva
Teléfono: (+34) 959 75 90 00
Fax: (+34) 959 75 91 84
Email gabinete telegráfico: grupo_transmisiones.huelva@correo.gob.es
Email Unidad de Protección Civil: proteccion_civil.huelva@correo.gob.es

b) Por la parte portuguesa:

- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo**
Telefone: (+351) 258 806 610
Fax: (+351) 258 806 619
Endereço de Email: CDO5.VCastelo@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga**
Telefone: (+351) 253 201 350
Fax: (+351)253 201 358
Endereço de Email: CDO5.Braga@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real**
Telefone: (+351) 259 303 170 Fax: (+351) 259 303 179
Endereço de Email: CDO5.VReal@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança**
Telefone: (+351) 273 300 240 Fax: (+351) 273 300 241
Endereço de Email: CDO5.Braganca@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda**
Telefone: (+351) 271 210 830 Fax: (+351) 271 210 839
Endereço de Email: CDO5.Guarda@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Castelo Branco**
Telefone (+351) 272 329 935 Fax: (+351) 272 324 993
Endereço de Email: CDO5.CBranco@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Portalegre**
Telefone: (+351)245 337 340 Fax: (+351)245 337 359
Endereço de Email: CDO5.Portalegre@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora**
Telefone: (+351) 266 739 400 Fax: (+351) 266 739 404
Endereço de Email: CDO5.Evora@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja**
Telefone: (+351) 284 311 150 Fax: (+351) 284 311 159
Endereço de Email: CDO5.Beja@prociv.pt
- **Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro**
Telefone: (+351) 289 887 510 Fax: (+351) 289 887 511
Endereço de Email: CDO5.Faro@prociv.pt

Cada servicio enviará, en su caso, los informes a sus superiores jerárquicos siguiendo sus propios procedimientos internos.

1. Los organismos encargados de la movilización de los medios operativos son:

a) **Por la Parte española:**

- Dirección General de Protección Civil y Emergencias
Teléfono: (+34) 91 537 3238
Fax: (+34)91 537 31 94
Dirección de correo electrónico: cenem@procivil.mir.es

- Dirección General de Desarrollo Rural y Política Forestal del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación
Teléfono: (+34) 91
Fax: (+34) 91
Dirección de correo electrónico:

- 112 GALICIA:
Teléfono: (+34) 881958000
Fax: (+34) 981 541 414
Dirección correo electrónico: 112Galicia@xunta.es

- 112 CASTILLA Y LEON
Teléfono: (+34) 983141112
Fax: (+34) 983142200
Dirección correo electrónico: cce@112cyl.com

- 112 EXTREMADURA:
Teléfono: (+34) 924 310 204
Fax: (+34) 924 311 487
Dirección correo electrónico: 112@gobex.es

- 112 ANDALUCÍA:
Teléfono: (+34) 955 927 110
Fax: (+34) 955 041 971
Dirección correo electrónico: 112andalucia.cji@juntadeandalucia.es

b) **Por la Parte portuguesa:**

- Autoridad Nacional de Protección Civil
Avenida do Forte, 2794 - 112 Carnaxide
Telefone geral: (+351) 214 247 100 | Fax administrativo: (+351) 214 247 180
Email geral: geral@prociiv.pt

ANEXO 4: FORMULARIO DE PETIÇÃO DE MÉDIOS DE INTERVENCIÓN

Data do pedido: ____ / ____ / 20 ____

Hora do pedido: ____ h ____ min

LOCALIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA

País _____	Distrito _____	Município/Concelho: _____
Rua _____	Coordenadas: N _____ W _____	

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

MÉDIOS SOLICITADOS

Tipo de meio	Quantidade

PONTO DE CONTACTO

Nome	Contacto

PONTO DE ENCONTRO

Local	Coordenadas
	N _____
	W _____

REMETENTE

Organismo _____
Pessoa que autoriza o envio _____
Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

OBSERVAÇÕES

	Assinatura
--	------------

ANEXO 5: FORMULARIO DE RESPUESTA A PETICIÓN DE MEDIOS DE INTERVENCIÓN

Data do pedido: ____ / ____ / 20____ Hora do pedido: ____ h ____ min

LOCALIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA

País: _____ Distrito: _____ Município/Camêlha: _____
 Fuso: _____ Coordenadas N: _____ W: _____

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

MEDIOS ENVIADOS

Tipo de meio	Estado	Nome Chefe Veículo	Contato

VLR - Veículo Ligero de Combate e Incêndios // VLCS - Veículo Urbano Combate e Incêndios // VEC - Veículo Especial de Combate e Incêndios // VE - Veículo Escudo // VP - Veículo Plataforma // VL36 - Veículo Ligero de Socorro e Assistência // VSA7 - Veículo de Socorro e Assistência Técnico // VSAE - Veículo de Socorro e Assistência Especial // ABSC - Ambulância de Socorro // ABC - Ambulância de Combate Submarino // VCDT - Veículo de Comando Técnico // VCCG - Veículo de Comando e Comunicação // VPREA - Veículo de Proteção Especial e Assistência // VYU - Veículo Unidade Urbana // VYUP - Veículo Unidade de Transportes de Pessoal // ERS - Estação de Resposta, Reserva e Transporte.

PONTO DE ENCONTRO

Local	Coordenadas
	N
	W

REMETENTE

Organismo: _____
 Pessoa que autoriza o envio: _____
 Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

OBSERVAÇÕES

	ASSINATURA _____
--	---------------------

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ADDITIONAL PROTOCOL BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC CONCERNING MUTUAL ASSISTANCE IN BORDER AREAS, ADOPTED PURSUANT TO ARTICLE 8 OF THE PROTOCOL BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC ON TECHNICAL COOPERATION AND MUTUAL ASSISTANCE IN THE FIELD OF CIVIL DEFENCE, DONE AT ÉVORA ON 9 MARCH 1992

The Kingdom of Spain and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as “the Parties”,

Considering the Protocol in effect between the Kingdom of Spain and the Portuguese Republic on technical cooperation and mutual assistance in the field of civil defence, done at Évora on 9 March 1992, revoking the Agreement on mutual assistance between Portuguese and Spanish fire and emergency services, signed in Lisbon on 31 March 1980, in particular the provisions of article 8,

Considering Decision No. 1313/2013 / EU of the European Parliament and of the Council of the European Union, of 17 December 2013, on a Union Civil Protection Mechanism,

Taking into account the importance for both States of emergency management in the area of the border between Spain and Portugal,

Considering that there is already a good level of cooperation, both at the operational and professional level, in the question of mutual assistance in the event of forest fires between the actors on both sides of the Spanish–Portuguese border, and that it is embodied in the Additional Protocol on mutual assistance in the event of forest fires in border areas, initially made in Figueira da Foz on 8 November 2003 and amended in 2009 by an exchange of notes, to increase the border action area to 15 kilometres and 25 kilometres, respectively,

Taking into account the usefulness of extending the operability of mutual assistance in firefighting to other transboundary risks in that area; and the need for procedures that are more flexible than the current general ones that, when the urgency of the situation makes it advisable, would permit prompt intervention and the provision of mutual assistance,

The Joint Commission, provided for in article 7 of the Protocol, agreed at the meeting held in Lisbon on 26 June 2018 to propose the update of the Additional Protocol on mutual assistance in border areas, extending up to 25 kilometres the special procedure for initial attacks on forest fires, as well as to extend the operability of mutual assistance operations to other transboundary risks.

Have agreed as follows:

CHAPTER I. GENERAL PROVISIONS

Article 1. Purpose of the Protocol

1. This Protocol establishes the conditions and procedures for the provision of assistance or relief and the requirements for the provision of resources, in the sphere of emergencies caused by forest fires in border areas between Spain and Portugal.

2. The purpose of this Protocol is to define and organize the operationalization of operations related to the management of emergencies in border areas between Spain and Portugal.

Article 2. Territorial scope of application

1. This Protocol shall apply to the border areas, on both the Portuguese and Spanish sides, that comprise the municipalities on the border.

2. Within the border areas, special consideration will be paid in relation to the procedures to be applied to any forest fires that, in the absence of observable firefighting efforts carried out by the authorities of the affected country, are less than 25 kilometres from the border and the conditions for the propagation of which (inter alia, wind, relief and types of fuel), are predictive of a very high probability that the fire will cross from one country to the other in a short period of time.

Article 3. Competent authorities and executing authorities

1. In cases of urgent need, deriving from the occurrence of forest fires in border areas, the authorities competent for the management of requests for and the provision of assistance will be the district operational commanders of the Portuguese districts on the border and the subdelegates for government in the Spanish provinces on the border, the latter acting in coordination with the competent authority of the corresponding autonomous community.

2. In these cases, the district operational commanders and the subdelegates for government shall immediately inform their respective executing agencies provided for in article 6 of the Protocol of 9 March 1992, and, in the event of forest fires in Spain, the Directorate-General for Rural Development, Innovation and Forestry Policy of the Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, which shall remain capable of taking charge of the direct management of requests for and the provision of assistance, each in accordance with its competencies, in those cases in which they consider that the nature of the emergency makes it necessary.

CHAPTER II. GENERAL AND SPECIAL PROCEDURES FOR MUTUAL ASSISTANCE IN FIGHTING FOREST FIRES

Article 4. General request procedure and availability of resources

The general procedure for the request and availability of resources shall be applied in accordance with the following criteria:

- (a) Whenever the competent authority of one of the Parties, pursuant to the provisions of article 3.1, must request the assistance of resources from the other Party to extinguish a forest fire on its territory, it shall do so to the competent authority of the neighbouring country by sending, by means of a recorded communication by fax or email, the information included in the request form contained in annex 1;
- (b) This competent authority shall reply through the same channels indicating whether or not it is possible to provide such assistance and, if so, it shall provide information on

the resources that may be sent and a description thereof, using the form contained in annex 2.

Article 5. Special procedure for initial attacks on forest fires less than 25 kilometres from the border

The special procedure for initial attacks on forest fires less than 25 kilometres from the border shall apply in accordance with the following criteria:

- (a) In the cases of urgent need foreseen in article 3.1, when a fire is first detected by a competent authority of the neighbouring country, and provided that it is less than 25 kilometres from the border and there is a high probability that the fire will cross from one country to the other in a short period of time, that authority may order the firefighting services of its country to intervene to contain it, with no other requirements than prior notice to the competent authority of the country where the fire originates, for its information and so that it may order the start to work on the operation from his or her own country;
- (b) Such intervention shall be conditional, in all cases, on the availability of the resources of the country providing such assistance;
- (c) Said competent authorities shall immediately inform, in Portugal, the National Civil Protection Authority, and in Spain, the Directorate-General for Civil Protection and Emergencies and, if it has not previously done so, the Directorate-General for Rural Development, Innovation and Forestry Policy of the Ministry of Agriculture, Fisheries and Food. In these circumstances, the intervention is not in response to a request; consequently, it shall not be necessary to use the forms referred to in article 4 of this Protocol, unless it is necessary to extend the use of the resources of assistance beyond the initial attack on the fire.

Article 6. Planning

1. The district operational commanders, for Portugal, and the subdelegates for government, for Spain, in coordination with the corresponding autonomous communities, shall make available to each other the maps of forest fire risks in border areas and the catalogues of available means and resources, as well as their location, to respond to emergencies related to forest fires in border areas.

2. This information shall form part of a plan for mutual assistance in emergencies resulting from forest fires in border areas, which shall be prepared jointly by the National Civil Protection Authority of Portugal and the Directorate-General of Civil Protection and Emergencies and the Directorate-General of Rural Development, Innovation and Forestry Policy of Spain, with the collaboration of all the forest firefighting agencies in the respective countries.

3. The plan shall define the procedure for coordination among those responsible for the management of transboundary firefighting on both sides of the border.

4. The aforementioned plan shall be submitted to the International Commission on Boundaries between Spain and Portugal, through the respective national delegations, after which it shall be formally adopted by the National Civil Protection Authority of Portugal and by the Directorate-General of Civil Protection and Emergencies and the Directorate-General of Rural

Development, Innovation and Forestry Policy of Spain, entering into force on the day following its adoption.

CHAPTER III. DEFINITION, ORGANIZATION AND EXECUTION OF OPERATIONS RELATED TO THE MANAGEMENT OF EMERGENCIES. ARTICLE 7. DEFINITIONS OF RISKS

1. Daily or current risk. A risk is considered daily or current when it is highly probable that it will have an effect on the activity of the civil protection services of the Portuguese border districts or of the emergency services situated in the territorial area of the neighbouring Spanish autonomous communities. It applies to the following types of intervention:

- Intervention and rescue of persons.
- Miscellaneous operations.

2. Special risk. A risk shall be considered special when it has the following characteristics:

- A low and unpredictable probability.
- Consequences of significant severity subsequent to the same event, such as numerous casualties and/or significant damage to property and/or major environmental impact.

In cases of special risk, the organization of the intervention results in a large mobilization of human and material resources, the emergency being a situation that is characterized by:

- The possible activation of territorial or special civil protection emergency plans for Spain or, for Portugal, municipal or district general or special plans;
- The intervention and coordination of the district civil protection services, for Portugal, and of any emergency service agency, within the territorial scope of the affected autonomous community, for Spain;
- The involvement of national resources, in the case of Portugal, or of resources other than those within the territorial scope of the affected autonomous community, for Spain, as well as national or international resources;
- A foreseeably prolonged intervention;
- Special management of social communication and the mass media.

Article 8. Delimitation of border intervention zones

The scope of application of this Protocol shall extend to an estimated 25 kilometres on both sides of the border between Spain and Portugal.

Article 9. Pertinent emergency services

1. For Portugal, the emergency services concerned are the national resources of the National Civil Protection Authority, as well as other district civil protection agents.

2. For Spain, the emergency services concerned are the firefighting services and the emergency paramedical services of the neighbouring autonomous communities, as well as the State emergency services mobilized by the Directorate-General of Civil Protection and Emergencies.

Article 10. General plan for mutual assistance

1. The authorities competent to make requests for assistance, whose operational focal points are contained in annex 3, are:

- For Portugal. The district operational commander;
- For Spain. The subdelegate for government in the affected province, in coordination, where appropriate, with the subdelegates of other affected provinces and with the corresponding autonomous community.

2. The request for assistance made by one of the Parties shall be formalized in writing (annex 4) and transmitted by any means to the other Party.

3. In the event of a positive response, the requested authority shall indicate in writing (annex 5) to the requesting authority, in any appropriate form:

- The number of people and type of materials that shall comprise the firefighting team and equipment;
- The estimated time of arrival at the firefighting area;
- The possible needs of the firefighting team upon arrival.

4. The various services concerned by this Protocol may, by agreement with the competent authorities of the other Party, carry out any necessary prior reconnaissance in the areas of intervention, in order to facilitate the execution of subsequent missions. In addition, the competent authorities may establish, by mutual agreement, specific plans necessary for the execution of firefighting operations.

5. The resources of the requested Party made available to the requesting Party shall be placed under the authority of the director of the firefighting operations of the requesting Party. The logistical requirements of the resources made available will be the responsibility of the organization in charge of directing the firefighting operations.

6. For Portugal, the district command involved shall be constantly kept informed of each action related to the firefighting plan implemented.

7. For Spain, the subdelegation for government of each affected province shall be kept informed.

Article 11. Reimbursement of the costs of the assistance mission

1. The economic cost of interventions related to the application of the provisions of this Protocol shall be borne pursuant to an understanding between the Portuguese civil protection services and the Spanish emergency assistance and civil protection services. In order to standardize the provisions of such understandings, they shall be submitted to the Spanish–Portuguese Joint Commission provided for in article 7 of the Évora Protocol for its approval.

2. The cooperation established through this Protocol shall be financed by the Parties, within the limits of their budgetary availability and the allocation for ordinary expenses.

Article 12. Application at the local level

In order to implement the provisions of this Protocol, the operational district commanders of the border area of Portugal may establish direct contact with the subdelegates for government of the provinces of Spain on the border.

Article 13. Potential implementation difficulties

1. Any dispute relating to the application of this Protocol shall be resolved by negotiation between the Parties and may be considered at the annual meeting of the Spanish-Portuguese Joint Commission.

2. Each Party shall submit to the annual meeting of the Spanish-Portuguese Joint Commission a balance sheet of the activities carried out.

CHAPTER IV. FINAL PROVISION

Article 14. Entry into force

1. This Protocol shall enter into force 30 days after the date of receipt of the last notification, through the diplomatic channel, of completion of the requirements necessary under the domestic laws of each of the Parties for that effect.

2. This Protocol shall have a duration of two years, automatically renewable for an equal period, and may be terminated by either of the Parties upon prior written notice and through the diplomatic channel, with a minimum of six months' notice.

3. With the entry into force of this Protocol, the Additional Protocol on mutual assistance in the event of forest fires in border areas, adopted pursuant to article 8 of the Protocol between the Portuguese Republic and the Kingdom of Spain on technical cooperation and mutual assistance in civil protection, done at Évora on 9 March 1992, signed in Figueira de Foz on 8 November 2003, and amended by exchange of notes in 2009, shall be terminated.

DONE at Valladolid, on 21 November 2018, in two versions, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Kingdom of Spain:
The President of the Government
PEDRO SÁNCHEZ PÉREZ-CASTEJÓN

For the Portuguese Republic:
The Prime Minister
ANTÓNIO COSTA

ANNEX 1
FORM FOR OTHER COUNTRIES REQUESTING FOREST FIREFIGHTING
RESOURCES

Date of request ___/___/20___ Time of request: ___ hr. ___ min.

Requested by:

Agency: _____
Person authorizing the request: _____ Position: _____
Tel: _____ Fax: _____

Location of fire

Country: _____ Province: _____ Municipality: _____
Coordinates: Longitude: _____ Latitude: _____
Date of start of fire: ___/___/20___ at _____ hours/minutes
Are there other large active fires? Yes: <input type="checkbox"/> No: <input type="checkbox"/>

Characteristics of the fire:

Size of the fire at the time of the request	Property threatened by the fire	Type of fire	Relief
<input type="checkbox"/> <=25 hectares <input type="checkbox"/> 26–100 hectares <input type="checkbox"/> 101–500 hectares <input type="checkbox"/> +500 hectares	Settlements <input type="checkbox"/> Infrastructure <input type="checkbox"/> Protected natural areas <input type="checkbox"/> Forests <input type="checkbox"/>	Brush <input type="checkbox"/> Canopy <input type="checkbox"/> Grassland <input type="checkbox"/>	Flat <input type="checkbox"/> Undulating <input type="checkbox"/> Inclined <input type="checkbox"/>

Number of resources in use:	Number of resources requested:
Amphibious aircraft: _____ Cargo aircraft on the ground: _____ Helicopters: _____ Fire engines: _____ Heavy machinery: _____ Brigades: _____	Amphibious aircraft: _____ Cargo aircraft on the ground: _____ Helicopters: _____ Fire engines: _____ Heavy machinery: _____ Large fire brigades: _____

Information for firefighting

Firefighting director: _____	Mobile _____	Tel.: _____
Radio communication: _____	AM frequency: _____	Aircraft ID: _____

<p>Aircraft refuelling point</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Longitude: _____</p> <p>Latitude: _____</p>	<p>Rendezvous point for ground resources</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Longitude: _____</p> <p>Latitude: _____</p>
--	--

Observations

<p>_____</p>	<p>Signed: _____</p>
--------------	----------------------

ANNEX 2
REQUEST FORM FOR FIREFIGHTING RESOURCES

Form for responding to other countries requesting forest firefighting resources

Date of authorization ___/___/20__ Time of authorization: ___ hr. ___ min.

Location of fire

Country: _____ Province: _____ Municipality _____

Resources sent:

Aircraft:

Aircraft type	Registration	Airbase of origin	Aircraft commander	Mobile Tel.	Type of fuel

AA = Amphibious aircraft (5,500 litres); ACT = Cargo aircraft on the ground -(3,100 litres); AGCT = Hercules C-130 aircraft (11,000 litres); HKB = Helicopter tanker (4,500 litres); HTA = Transport helicopter (1,500 litres); HTB = Transport helicopter (2,500 litres)

Limitation: The maximum flight time in one day is 8 hours for aviation safety reasons.

Ground resources

Type of resource	Identification	Base of origin	Person responsible for the resource	Mobile tel.

BRT = ground brigade; BRIFA = helitransported brigade (17 firefighters); BRIFB = helitransported brigade (9 firefighters); VAB: fire engine (3,000 l); BZ = Bulldozer

Limitation: The maximum flight time in one day is 8 hours for aeronautical safety reasons.

Observation: Ground teams must have interpreters with radio communications equipment during the intervention

Sender in Spain:

Agency: _____
Person _____ authorizing _____ dispatch _____
Position: _____

Tel: _____	Fax: _____	Email address: _____
------------	------------	----------------------

Observations

	Signed: _____

ANNEX 3
OPERATIONAL FOCAL POINTS

1. The following agencies shall be authorized to send requests for assistance and to coordinate the processing of requests received:

(a) For Spain:

- Directorate-General of Civil Protection and Emergencies of the Ministry of the Interior

Tel: 34 91 537 32 38

Fax: 34 91 537 31 94

Email address: cenem@procivil.mir.es

- Directorate-General for Rural Development, Innovation and Forestry Policy of the Ministry of Agriculture, Fisheries and Food

Tel: 34 91 347 51 76

Email address: dgdripf@mapama.es

- Office of the Subdelegate for Government in Pontevedra:

Tel: 34 986 98 90 00

Fax: 34 986 98 92 32

Email address, cable office: subdelegación.pontevedra@correo.gob.es

Email address, Civil Protection Unit: proteccion_civil_pontevedra@correo.gob.es

- Office of the Subdelegate for Government in Orense

Tel: 34 988 75 90 00

Fax; 34 988 75 91 91

Email address, cable office: subdelegacion.ourense@correo.gob.es

Email address, Civil Protection Unit: protección_civil_ourense@correo.gob.es

- Office of the Subdelegate for Government in Zamora

Tel: 34 980 75 90 00

Fax: 34 980 75 91 55

Email address, cable office: centralita.zamora@correo.gob.es

Email address, Civil Protection: proteccion_civil.zamora@correo.gob.es

- Office of the Subdelegate for Government in Salamanca

Tel: 34 923 75 90 00

Fax: 34 923 75 91 99

Email address, cable office: centralita.salamanca@correo.gob.es

Email address, Civil Protection Unit: protección_civil.salamanca@correo.gob.es

- Office of the Subdelegate for Government in Cáceres

Tel: 34 927 74 90 00

Fax: 34 927 74 91 91

Email address, cable office: telex.caceres@correo.gob.es

Email address, Civil Protection Unit: proteccion_civil.caceres@correo.gob.es

• Office of the Subdelegate for Government in Badajoz

Tel: 34 924 97 90 00

Fax: 34 924 97 91 45

Email address, cable office: gabinete_telegrafico.extremadura@correo.gob.es

Email address, Civil Protection Unit: proteccion_civil.extremadura@correo.gob.es

• Office of the Subdelegate for Government in Huelva

Tel: 34 959 75 90 00

Fax: 34 959 75 91 84

Email address, cable office: grupo_transmisiones.huelva@correo.gob.es

Email address, Civil Protection Unit: proteccion_civil.huelva@correo.gob.es

(b) For Portugal:

• Viana do Castelo District Command for Relief Operations

Tel: 351 258 806 610

Fax: 351 258 806 619

Email address: CDOS.VCastelo@prociv.pt

• Braga District Command for Relief Operations

Tel: 351 253 201 350

Fax: 351 253 201 358

Email address: CDOS.Braga@prociv.pt

• Vila Real District Command for Relief Operations

Tel: 351 259 303 170

Fax: 351 259 303 179

Email address: CDOS.VReal@prociv.pt

• Bragança District Command for Relief Operations

Tel: 351 273 300 240

Fax: 351 273 300 241

Email address: CDOS.Braganca@prociv.pt

• Guarda District Command for Relief Operations

Tel: 351 271 210 830

Fax: 351 271 210 839

Email address: CDOS.Guarda@prociv.pt

• Castelo Branco District Command for Relief Operations

Tel: 351 272 329 935

Fax: 351 272 324 993

Email address: CDOS.CBranco@prociv.pt

• Portalegre District Command for Relief Operations

Tel: 351 245 337 340

Fax: 351 245 337 359

Email address: CDOS.Portalegre@prociv.pt

• Évora District Command for Relief Operations

Tel: 351 266 739 400

Fax: 351 266 739 404

Email address: CDOS.Evora@prociv.pt

• Beja District Command for Relief Operations

Tel: 351 284 311 150

Fax: 351 284 311 159

Email address: CDOS.Beja@prociv.pt

• Faro District Command for Relief Operations

Tel: 351 289 887 510

Fax: 351 289 887 511

Email address: CDOS.Faro@prociv.pt

Each service shall send reports to its senior officials, as appropriate, pursuant to its own internal procedures.

2. The agencies in charge of mobilizing operational resources are:

(a) For Spain:

• Directorate-General of Civil Protection and Emergencies

Tel: 34 91 537 32 38

Fax: 34 91 537 31 94

Email address: cenem@procivil.mir.es

• Directorate-General for Rural Development, Innovation and Forestry Policy of the Ministry of Agriculture, Fisheries and Food

Email address:

• 112 Galicia:

Tel: 34 881 958 000

Fax: 34 981 541 414

Email address: 112Galicia@xunta.es

• 112 Castilla y León

Tel: 34 983 141 112

Fax: 34 983 142 200

Email address: cce@112cyl.com

• 112 Extremadura:

Tel: 34 924 310 204

Fax: 34 924 311 487

Email address: 112@gobex.es

- 112 Andalucía:

Tel: 34 955 927 110

Fax: 34 955 041 971

Email address: 112andalucia.cji@juntadeandalucia.es

(b) For Portugal:

- National Civil Protection Authority

Avenida do Forte, 2794 -112 Carnaxide

Switchboard: 351 214 247 100 / Administrative fax: 351 214 247 180

General Email address: geral@prociv.pt

ANNEX 4: REQUEST FORM FOR FIREFIGHTING RESOURCES

Date of request: ___/___/20___ Time of request: ___ hr. ___ min.

Location of the occurrence

Country _____	District _____	Municipality/Town: _____
Street: _____		Coordinates: N _____
W _____		

Description of the situation

Resources requested

Type of resource	Quantity

Focal point

Name	Contact

Rendezvous point

Place	Coordinates:
	N _____
	W _____

Sender

Agency _____

Person authorizing dispatch _____

Tel: _____ Fax: _____ Email: _____

Observations

	Signature
--	-----------

**ANNEX 5: FORM FOR RESPONDING TO REQUESTS FOR FIREFIGHTING
RESOURCES**

Date of request: ___/___/20___ Time of request: ___ h ___ min.

Location of the occurrence

Country _____	District: _____	Municipality/town _____
Street _____	Coordinates N _____	W _____

Description of the situation

--

Resources sent

Type of resource	Agency	Name of person responsible for the resource	Contact

VLCI-Light fire engine//VUCI-Urban fire engine//VECI-Special fire engine//VE-Ladder engine//VP-Platform engine//VLSA-Light relief and assistance vehicle//VSAT-Tactical relief and assistance vehicle//VSAE-Special relief and assistance vehicle//ABSC-Relief ambulance//ABO-Intensive care ambulance//VCOT-Tactical command vehicle//VCOC-Command and communication vehicle//VPMA-Multiple environmental risk protection vehicle//VTTU-Urban tanker vehicle//VTTP-Tactical personnel carrier//ERST-Reconnaissance, relief and transport vehicle.

Rendezvous point

Place	Coordinates
	N
	W

Sender

Agency: _____
Person authorizing dispatch _____
Tel: _____ Fax: _____ Email: _____

Observations

	Signature
--	-----------

[TRANSLATION – TRADUCTION]

PROTOCOLE ADDITIONNEL ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE RELATIF À L'ASSISTANCE MUTUELLE DANS LES ZONES FRONTALIÈRES, ADOPTÉ EN VERTU DE L'ARTICLE 8 DU PROTOCOLE DE COOPÉRATION TECHNIQUE ET D'ASSISTANCE MUTUELLE EN MATIÈRE DE PROTECTION CIVILE ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE, FAIT À EVORA LE 9 MARS 1992

Le Royaume d'Espagne et la République portugaise, ci-après dénommés les « Parties »

Considérant le Protocole de coopération technique et d'assistance mutuelle en matière de protection civile en vigueur entre le Royaume d'Espagne et la République portugaise, fait à Évora le 9 mars 1992, abrogeant la Convention d'assistance mutuelle entre les services d'incendie et de secours portugais et espagnols, signée à Lisbonne, le 31 mars 1980, et notamment les dispositions de son article 8,

Considérant la Décision n° 1313/2013/UE du Parlement européen et du Conseil de l'Union européenne du 17 décembre 2013 relative au mécanisme de protection civile de l'Union,

Considérant l'importance pour les deux États de la gestion des urgences dans la zone de la frontière entre l'Espagne et le Portugal,

Considérant qu'il existe déjà un bon niveau de coopération, tant au niveau opérationnel que professionnel, en matière d'assistance mutuelle en cas d'incendies de forêt entre les acteurs de part et d'autre de la frontière hispano-portugaise, et que ladite coopération se concrétise par l'intermédiaire du Protocole additionnel relatif à l'assistance mutuelle en cas d'incendies de forêt dans les zones frontalières, initialement conclu à Figueira da Foz le 8 novembre 2003 et modifié en 2009 par un échange de notes, afin d'élargir la zone d'action frontalière à 15 kilomètres et 25 kilomètres, respectivement,

Compte tenu de l'utilité d'étendre les modalités d'exécution de l'assistance mutuelle en matière de lutte contre les incendies à d'autres risques transfrontaliers présents dans ladite zone, et de la nécessité de procédures plus souples que les procédures générales actuelles qui, lorsque l'urgence de la situation le justifie, permettraient une intervention rapide et la mise en place d'une assistance mutuelle,

La Commission mixte, prévue à l'article 7 du Protocole, est convenue lors de la réunion tenue à Lisbonne le 26 juin 2018 de proposer la mise à jour du Protocole additionnel relatif à l'assistance mutuelle dans les zones frontalières, en étendant jusqu'à 25 kilomètres la procédure spéciale pour les premières phases d'attaque sur les incendies de forêt, ainsi que d'étendre la mise en place des opérations d'assistance mutuelle à d'autres risques transfrontaliers.

Sont convenus de ce qui suit :

CHAPITRE PREMIER. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier. Objectif du Protocole

1. Le présent Protocole établit les conditions et les procédures nécessaires à la mise en place d'une assistance ou de secours, ainsi que les exigences relatives à la mise à disposition de ressources, dans le domaine des situations d'urgence causées par des incendies de forêt dans les zones frontalières entre l'Espagne et le Portugal.

2. Le présent Protocole a pour objectif de définir et d'organiser la mise en place des opérations liées à la gestion des urgences dans les zones frontalières entre l'Espagne et le Portugal.

Article 2. Champ d'application territorial

1. Le présent Protocole s'applique aux zones frontalières, tant du côté portugais que du côté espagnol, qui comprennent les municipalités de la frontière.

2. À l'intérieur des zones frontalières, une attention particulière sera accordée aux procédures à appliquer à tout incendie de forêt qui, en l'absence d'efforts observables de lutte contre les incendies de la part des autorités du pays touché, se trouve à moins de 25 kilomètres de la frontière et dont les conditions de propagation (notamment le vent, le relief et les types de combustible) laissent présager une très forte probabilité que l'incendie passe d'un pays à l'autre dans un court laps de temps.

Article 3. Autorités compétentes et autorités d'exécution

1. En cas de besoin urgent découlant de la survenance des incendies de forêt dans les zones frontalières, les autorités compétentes chargées de la gestion des demandes et de la mise en place de l'assistance agissent en qualité de commandants opérationnels de district pour les districts portugais situés à la frontière et de subdélégués du gouvernement dans les provinces espagnoles situées à la frontière, ces derniers agissant en coordination avec l'autorité compétente de la communauté autonome correspondante.

2. Dans de tels cas, les commandants opérationnels de district et les subdélégués du gouvernement informent immédiatement leurs organes exécutifs respectifs, prévus à l'article 6 du Protocole du 9 mars 1992 et, en cas d'incendies de forêt en Espagne, la Direction générale du développement rural, de l'innovation et de la politique forestière du Ministère de l'agriculture, de la pêche et de l'alimentation, qui restent en mesure de prendre en charge la gestion directe des demandes et la mise en place de l'assistance, chacun selon ses compétences, dans les cas où ils estiment que la nature de l'urgence le rend nécessaire.

CHAPITRE II. PROCÉDURES GÉNÉRALES ET SPÉCIALES D'ASSISTANCE MUTUELLE DANS LA LUTTE
CONTRE LES IN. ENDIES DE FORÊT

Article 4. Procédure générale de demande et disponibilité des ressources

La procédure générale de demande et de mise à disposition des ressources est appliquée conformément aux critères suivants :

- a) lorsque l'autorité compétente de l'une des Parties, en application des dispositions du paragraphe 1 de l'article 3, doit demander l'assistance de ressources de l'autre Partie pour éteindre un incendie de forêt sur son territoire, elle le fait auprès de l'autorité compétente du pays voisin en transmettant, au moyen d'une communication enregistrée par fax ou par courrier électronique, les informations incluses dans le formulaire de demande figurant à l'annexe 1 ;
- b) ladite autorité compétente répond par les mêmes voies en indiquant s'il est possible ou non de fournir ladite assistance et, dans l'affirmative, elle fournit des informations sur les ressources qui peuvent être envoyées, ainsi qu'une description de celles-ci, à l'aide du formulaire figurant à l'annexe 2.

Article 5. Procédure spéciale pour les premières phases d'attaque sur les incendies de forêt à moins de 25 kilomètres de la frontière

La procédure spéciale pour les premières phases d'attaque sur les incendies de forêt à moins de 25 kilomètres de la frontière s'applique selon les critères suivants :

- a) dans les cas de besoins urgents prévus au paragraphe 1 de l'article 3, lorsqu'un incendie est détecté pour la première fois par une autorité compétente du pays voisin, et à condition qu'il soit situé à moins de 25 kilomètres de la frontière et qu'il y ait une forte probabilité que l'incendie passe d'un pays à l'autre dans un court laps de temps, ladite autorité peut ordonner aux services d'incendie de son pays d'intervenir pour le maîtriser, sans autre exigence qu'une notification préalable adressée à l'autorité compétente du pays d'origine de l'incendie, pour son information et pour qu'elle puisse ordonner le lancement de l'opération depuis son propre pays ;
- b) ladite intervention est conditionnée, dans tous les cas, par la disponibilité des ressources du pays qui la fournit ;
- c) lesdites autorités compétentes informent immédiatement le Service national de la protection civile pour le Portugal, et la Direction générale de la protection civile et des urgences et, si elles ne l'ont pas fait auparavant, la Direction générale du développement rural, de l'innovation et de la politique forestière du Ministère de l'agriculture, de la pêche et de l'alimentation pour l'Espagne. Dans de telles circonstances, l'intervention ne répond pas à une demande ; par conséquent, il n'est pas nécessaire d'utiliser les formulaires visés à l'article 4 du présent Protocole, sauf s'il est nécessaire de prolonger l'utilisation des ressources d'assistance au-delà de la première phase d'attaque de l'incendie.

Article 6. Planification

1. Les commandants opérationnels de district, pour le Portugal, et les subdélégués du gouvernement, pour l'Espagne, en coordination avec les communautés autonomes correspondantes, se mettent mutuellement à disposition les cartes des risques d'incendies de forêt dans les zones frontalières et les catalogues des moyens et ressources disponibles, ainsi que leur localisation, pour répondre aux urgences liées aux incendies de forêt dans les zones frontalières.

2. Ces informations font partie d'un plan d'assistance mutuelle en cas d'urgence résultant d'incendies de forêt dans les zones frontalières, qui est élaboré conjointement par le Service national de la protection civile du Portugal et la Direction générale de la protection civile et des urgences et la Direction générale du développement rural, de l'innovation et de la politique forestière de l'Espagne, avec la collaboration de tous les services d'incendies de forêt des pays respectifs.

3. Le plan définit la procédure de coordination entre les responsables de la gestion de la lutte transfrontalière contre les incendies de part et d'autre de la frontière.

4. Le plan susmentionné est soumis à la Commission internationale des frontières entre l'Espagne et le Portugal, par l'intermédiaire des délégations nationales respectives, après quoi il est officiellement adopté par le Service national de la protection civile du Portugal et par la Direction générale de la protection civile et des urgences et la Direction générale du développement rural, de l'innovation et de la politique forestière de l'Espagne, et entre en vigueur le jour suivant son adoption.

CHAPITRE III. DÉFINITION, ORGANISATION ET EXÉCUTION DES OPÉRATIONS LIÉES À LA GESTION DES URGENCES

Article 7. Définitions des risques

1. Risque quotidien ou actuel : un risque est considéré comme quotidien ou actuel lorsqu'il est hautement probable qu'il aura un effet sur l'activité des services de protection civile des districts frontaliers portugais ou des services d'urgence situés dans la zone territoriale des communautés autonomes espagnoles voisines. Ladite définition s'applique aux types d'intervention suivants :

- Intervention et sauvetage de personnes.
- Opérations diverses

2. Risque particulier : un risque est considéré comme particulier lorsqu'il présente les caractéristiques suivantes :

- Une probabilité faible et imprévisible.
- Des conséquences d'une gravité significative à la suite du même événement, telles que de nombreuses victimes, des dommages matériels importants ou un impact environnemental majeur.

En cas de risque particulier, l'organisation de l'intervention entraîne une grande mobilisation des ressources humaines et matérielles, l'urgence étant une situation caractérisée par :

- l'activation éventuelle de plans d'intervention d'urgence territoriaux ou spéciaux de protection civile pour l'Espagne ou, pour le Portugal, de plans généraux ou spéciaux des municipalités ou des districts ;

- l'intervention et la coordination des services de protection civile du district, pour le Portugal, et de toute agence de services d'urgence, dans le cadre territorial de la communauté autonome concernée, pour l'Espagne ;

- l'implication de ressources nationales, dans le cas du Portugal, ou de ressources autres que celles relevant de la compétence territoriale de la communauté autonome concernée, pour l'Espagne, ainsi que de ressources nationales ou internationales ;

- une intervention dont il est probable que la durée soit prolongée ;

- une gestion spéciale de la communication sociale et des médias de masse.

Article 8. Délimitation des zones d'intervention frontalières

Le champ d'application du présent Protocole s'étend sur une distance estimée à 25 kilomètres de part et d'autre de la frontière entre l'Espagne et le Portugal.

Article 9. Services d'urgence pertinents

1. Pour le Portugal, les services d'urgence concernés sont les ressources nationales du Service national de la protection civile, ainsi que d'autres agents de protection civile de district.

2. Pour l'Espagne, les services d'urgence concernés sont les services d'incendies et les services paramédicaux d'urgence des communautés autonomes voisines, ainsi que les services d'urgence de l'État mobilisés par la Direction générale de la protection civile et des urgences.

Article 10. Plan général d'assistance mutuelle

1. Les autorités compétentes autorisées à formuler des demandes d'assistance, dont les personnes référentes opérationnelles figurent à l'annexe 3, sont les suivantes :

- Pour le Portugal : le commandant opérationnel du district ;

- Pour l'Espagne : le subdélégué du gouvernement de la province concernée, en coordination, le cas échéant, avec les subdélégués des autres provinces concernées et avec la communauté autonome correspondante.

2. La demande d'assistance formulée par l'une des Parties est formalisée par écrit (annexe 4) et transmise par tout moyen à l'autre Partie.

3. En cas de réponse positive, l'autorité requise indique par écrit (annexe 5) à l'autorité requérante, sous toute forme appropriée :

- le nombre de personnes et le type de matériel qui composent l'équipe et l'équipement de lutte contre les incendies ;

- l'heure d'arrivée prévue sur la zone de lutte contre les incendies ;

- les besoins éventuels de l'équipe de lutte contre les incendies à son arrivée.

4. Les différents services concernés par le présent Protocole peuvent, en accord avec les autorités compétentes de l'autre Partie, effectuer toute reconnaissance préalable nécessaire dans

les zones d'intervention, afin de faciliter l'exécution des missions ultérieures. En outre, les autorités compétentes peuvent établir, d'un commun accord, les plans spécifiques nécessaires à l'exécution des opérations de lutte contre les incendies.

5. Les ressources de la Partie requise mises à la disposition de la Partie requérante sont placées sous l'autorité du directeur des opérations de lutte contre les incendies de la Partie requérante. Les exigences logistiques des ressources mises à disposition seront la responsabilité de l'organisation chargée de diriger les opérations de lutte contre les incendies.

6. Pour le Portugal, le commandement de district concerné est constamment tenu informé de chaque action liée au plan de lutte contre les incendies qui est mis en œuvre.

7. Pour l'Espagne, la subdélégation du gouvernement de chaque province concernée est tenue informée.

Article 11. Remboursement du coût de la mission d'assistance

1. Le coût économique des interventions liées à l'application des dispositions du présent Protocole est pris en charge en vertu d'un accord conclu entre les services portugais de protection civile et les services espagnols de secours d'urgence et de protection civile. Afin d'harmoniser les dispositions desdits accords, ceux-ci sont soumis à l'approbation de la Commission mixte hispano-portugaise prévue à l'article 7 du Protocole d'Évora.

2. La coopération établie par le présent Protocole est financée par les Parties, dans la limite de leurs disponibilités budgétaires et de l'allocation pour dépenses ordinaires.

Article 12. Application au niveau local

Afin de mettre en œuvre les dispositions du présent Protocole, les commandants opérationnels du district de la zone frontalière du Portugal peuvent établir des contacts directs avec les subdélégués du gouvernement des provinces espagnoles situées à la frontière.

Article 13. Difficultés potentielles de mise en œuvre

1. Tout différend relatif à l'application du présent Protocole est réglé par voie de négociation entre les Parties et peut être examiné lors de la réunion annuelle de la Commission mixte hispano-portugaise.

2. Chaque Partie soumet à la réunion annuelle de la Commission mixte hispano-portugaise un bilan des activités réalisées.

CHAPITRE IV. DISPOSITIONS FINALES

Article 14. Entrée en vigueur

1. Le présent Protocole entre en vigueur trente jours après la date de réception de la dernière des notifications par laquelle les Parties s'informent, par la voie diplomatique, de l'accomplissement de leurs procédures internes nécessaires à cet effet.

2. Le présent Protocole demeure en vigueur pendant une période de deux ans, qui sera automatiquement reconduite pour des périodes de durée équivalente, et peut être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties moyennant un préavis écrit de six mois donné par la voie diplomatique.

3. Avec l'entrée en vigueur du présent Protocole, le Protocole additionnel relatif à l'assistance mutuelle en cas d'incendies de forêt dans les zones frontalières, adopté en vertu de l'article 8 du Protocole de coopération technique et d'assistance mutuelle en matière de protection civile entre le Royaume d'Espagne et la République portugaise, fait à Evora le 9 mars 1992, signé à Figueira de Foz le 8 novembre 2003, et modifié par échange de notes en 2009, prend fin.

FAIT à Valladolid le 21 novembre 2018 en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Royaume d'Espagne :
PEDRO SÁNCHEZ PÉREZ-CASTEJÓN
Président du Gouvernement

Pour la République portugaise :
ANTÓNIO COSTA
Premier Ministre

ANNEXE 1

FORMULAIRE POUR LES AUTRES PAYS DEMANDANT DES RESSOURCES DE
LUTTE CONTRE LES INCENDIES DE FORÊT

Date de la demande : ___ / ___ /20___ Heure de la demande : ___ h ___ min

DEMANDEUR :

Organisme : _____

Personne autorisant la demande : _____ Poste : _____

Tél. : _____ Fax : _____

LOCALISATION DE L'INCENDIE

Pays : _____ Province : _____ Municipalité : _____

Coordonnées : Longitude : _____ Latitude : _____

Date du début de l'incendie : ___ / ___ /20___ à _____ heures/minutes

Y a-t-il d'autres incendies actifs de grande envergure ? Oui : Non :

CARACTÉRISTIQUES DE L'INCENDIE :

Superficie de l'incendie au moment de la demande	Biens menacés par l'incendie	Type d'incendie	Relief
Moins de 25 hectares <input type="checkbox"/>	Agglomérations <input type="checkbox"/>	Broussailles <input type="checkbox"/>	Plat <input type="checkbox"/>
26 à 100 hectares <input type="checkbox"/>	Infrastructures <input type="checkbox"/>	Canopée <input type="checkbox"/>	Vallonné <input type="checkbox"/>
101 à 500 hectares <input type="checkbox"/>	Zones naturelles protégées <input type="checkbox"/>	Prairie <input type="checkbox"/>	Incliné <input type="checkbox"/>
Plus de 500 hectares <input type="checkbox"/>	Forêts <input type="checkbox"/>		

NOMBRE DE RESSOURCES UTILISÉES :	NOMBRE DE RESSOURCES DEMANDÉES :
Aéronef amphibie : _____	Aéronef amphibie : _____
Aéronef-cargo au sol : _____	Aéronef-cargo au sol : _____
Hélicoptères : _____	Hélicoptères : _____
Camions de pompiers : _____	Camions de pompiers : _____
Équipements lourds : _____	Équipements lourds : _____
Brigades : _____	Grandes brigades de pompiers : _____

INFORMATIONS RELATIVES À LA LUTTE CONTRE LES INCENDIES

Directeur de la lutte contre les incendies : _____ Tél. mobile : _____

Communication radio, fréquence AM : _____ Numéro d'identification de _____

l'aéronef : _____	
Point de ravitaillement de l'aéronef _____ _____	Point de rendez-vous pour les ressources terrestres _____ _____
Longitude : _____ Latitude : _____	Longitude : _____ Latitude : _____

OBSERVATIONS

_____	Signé : _____
-------	---------------

**ANNEXE 2. FORMULAIRE DE DEMANDE DE RESSOURCES DE LUTTE CONTRE
LES INCENDIES**

**FORMULAIRE DE RÉPONSE AUX AUTRES PAYS DEMANDANT DES RESSOURCES
DE LUTTE CONTRE LES INCENDIES DE FORÊT**

Date de l'autorisation : ___/___/20__ Heure de l'autorisation : ___ h ___ min

LOCALISATION DE L'INCENDIE

Pays : _____ Province : _____ Municipalité : _____

RESSOURCES ENVOYÉES :

AÉRONEFS :

Type d'aéronef	Immatriculation	Base aérienne d'origine	Commandant d'aéronef	Tél. mobile	Type de carburant

AA = Aéronef amphibie (5 500 litres) ; ACT = Aéronef-cargo au sol (3 100 litres) ; AGCT = Aéronef Hercules C-130 (11 000 litres) ; HKB = Hélicoptère-citerne (4 500 litres) ; HTA = Hélicoptère de transport (1 500 litres) ; HTB = Hélicoptère de transport (2 500 litres)

LIMITE : pour des raisons de sécurité aérienne, la durée maximale de vol en une journée est de 8 heures.

RESSOURCES TERRESTRES :

Type de ressource	Identification	Base d'origine	Personne responsable de la ressource	Tél. mobile

BRT = brigade terrestre ; BRIFA = brigade héliportée (17 pompiers) ; BRIFB = brigade héliportée (9 pompiers) ; VAB : camion de pompiers (3 000 litres) ; BZ = Bulldozer

LIMITE : pour des raisons de sécurité aéronautique, la durée maximale de vol en une journée est de 8 heures.

OBSERVATION : les équipes au sol doivent disposer d'interprètes munis de matériel de communication radio pendant l'intervention.

EXPÉDITEUR EN ESPAGNE :

Organisme : _____
Personne autorisant l'envoi _____ Poste : _____
Tél. : _____ Fax : _____ Adresse électronique : _____

OBSERVATIONS

	Signé : _____

ANNEXE 3. PERSONNES RÉFÉRENTES OPÉRATIONNELLES

1. Les organismes suivants sont autorisés à envoyer des demandes d'assistance et à coordonner le traitement des demandes reçues :

a) Pour l'Espagne :

• Direction générale de la protection civile et des urgences du Ministère de l'intérieur

Tél. : 34 91 537 32 38

Fax : 34 91 537 31 94

Adresse électronique : cenem@procivil.mir.es

• Direction générale du développement rural, de l'innovation et de la politique forestière du Ministère de l'agriculture, de la pêche et de l'alimentation

Tél. : 34 91 347 51 76

Adresse électronique : dgdripf@mapama.es

• Bureau du subdélégué du Gouvernement à Pontevedra :

Tél. : 34 986 98 90 00

Fax : 34 986 98 92 32

Adresse électronique, bureau de communication : subdelegación.pontevedra@correo.gob.es

Adresse électronique, unité de protection civile : proteccion_civil_pontevedra@correo.gob.es

• Bureau du subdélégué du Gouvernement à Orense :

Tél. : 34 988 75 90 00

Fax : 34 988 75 91 91

Adresse électronique, bureau de communication : subdelegacion.ourense@correo.gob.es

Adresse électronique, unité de protection civile : protección_civil_ourense@correo.gob.es

• Bureau du subdélégué du Gouvernement à Zamora :

Tél. : 34 980 75 90 00

Fax : 34 980 75 91 55

Adresse électronique, bureau de communication : centralita.zamora@correo.gob.es

Adresse électronique, unité de protection civile : proteccion_civil.zamora@correo.gob.es

• Bureau du subdélégué du Gouvernement à Salamanque :

Tél. : 34 923 75 90 00

Fax : 34 923 75 91 99

Adresse électronique, bureau de communication : centralita.salamanca@correo.gob.es

Adresse électronique, unité de protection civile : protección_civil.salamanca@correo.gob.es

• Bureau du subdélégué du Gouvernement à Cáceres :

Tél. : 34 927 74 90 00

Fax : 34 927 74 91 91

Adresse électronique, bureau de communication : telex.caceres@correo.gob.es

Adresse électronique, unité de protection civile : proteccion_civil.caceres@correo.gob.es

- Bureau du subdélégué du Gouvernement à Badajoz :

Tél. : 34 924 97 90 00

Fax : 34 924 97 91 45

Adresse électronique, bureau de communication :
gabinete_telegrafico.extremadura@correo.gob.es

Adresse électronique, unité de protection civile : proteccion_civil.extremadura@correo.gob.es

- Bureau du subdélégué du Gouvernement à Huelva :

Tél. : 34 959 75 90 00

Fax : 34 959 75 91 84

Adresse électronique, bureau de communication : grupo_transmisiones.huelva@correo.gob.es

Adresse électronique, unité de protection civile : proteccion_civil.huelva@correo.gob.es

b) Pour le Portugal :

- Commandement des opérations de secours du district de Viana do Castelo

Tél. : 351 258 806 610

Fax : 351 258 806 619

Adresse électronique : CDOS.VCastelo@prociv.pt

- Commandement des opérations de secours du district de Braga

Tél. : 351 253 201 350

Fax : 351 253 201 358

Adresse électronique : CDOS.Braga@prociv.pt

- Commandement des opérations de secours du district de Vila Real

Tél. : 351 259 303 170

Fax : 351 259 303 179

Adresse électronique : CDOS.VReal@prociv.pt

- Commandement des opérations de secours du district de Bragança

Tél. : 351 273 300 240

Fax : 351 273 300 241

Adresse électronique : CDOS.Braganca@prociv.pt

- Commandement des opérations de secours du district de Guarda

Tél. : 351 271 210 830

Fax : 351 271 210 839

Adresse électronique : CDOS.Guarda@prociv.pt

- Commandement des opérations de secours du district de Castelo Branco

Tél. : 351 272 329 935

Fax : 351 272 324 993

Adresse électronique : CDOS.CBranco@prociv.pt

- Commandement des opérations de secours du district de Portalegre

Tél. : 351 245 337 340

Fax : 351 245 337 359

Adresse électronique : CDOS.Portalegre@prociv.pt

• Commandement des opérations de secours du district d'Évora

Tél. : 351 266 739 400

Fax : 351 266 739 404

Adresse électronique : CDOS.Evora@prociv.pt

• Commandement des opérations de secours du district de Beja

Tél. : 351 284 311 150

Fax : 351 284 311 159

Adresse électronique : CDOS.Beja@prociv.pt

• Commandement des opérations de secours du district de Faro

Tél. : 351 289 887 510

Fax : 351 289 887 511

Adresse électronique : CDOS.Faro@prociv.pt

Chaque service transmet, le cas échéant, des rapports à ses hauts fonctionnaires, conformément à ses propres procédures internes.

1. Les organismes chargés de mobiliser les ressources opérationnelles sont les suivants :

a) Pour l'Espagne :

• Direction générale de la protection civile et des urgences

Tél. : 34 91 537 32 38

Fax : 34 91 537 31 94

Adresse électronique : cenem@procivil.mir.es

• Direction générale du développement rural, de l'innovation et de la politique forestière du Ministère de l'agriculture, de la pêche et de l'alimentation

Tél. : 34 91

Fax.: 34 91

Adresse électronique :

• 112 GALICE :

Tél. : 34 881 958 000

Fax : 34 981 541 414

Adresse électronique : 112Galicia@xunta.es

• 112 CASTILLE-ET-LEÓN

Tél. : 34 983 141 112

Fax : 34 983 142 200

Adresse électronique : cce@112cyl.com

• 112 ESTRÉMADURE :

Tél. : 34 924 310 204

Fax : 34 924 311 487

Adresse électronique : 112@gobex.es

• 112 ANDALOUSIE :

Tél. : 34 955 927 110

Fax : 34 955 041 971

Adresse électronique : 112andalucia.cji@juntadeandalucia.es

b) Pour le Portugal :

• Service national de la protection civile

Avenida do Forte, 2794 -112 Carnaxide

Standard téléphonique : 351 214 247 100 / Fax administratif : 351 214 247 180

Adresse électronique générale : geral@prociv.pt

ANNEXE 4 : FORMULAIRE DE DEMANDE DE RESSOURCES DE LUTTE CONTRE
LES INCENDIES

Date de la demande : ___/___/20___ Heure de la demande : ___ h ___ min

LIEU DE L'ÉVÉNEMENT

Pays _____	District _____	Municipalité / ville : _____
Rue : _____	Coordonnées : N _____	O _____

DESCRIPTION DE LA SITUATION

--

RESSOURCES DEMANDÉES

Type de ressource	Quantité

Personne référente

Nom	Service(s) à contacter

POINT DE RENDEZ-VOUS

Lieu	Coordonnées
	N
	O

EXPÉDITEUR

Organisme _____
Personne autorisant l'envoi _____
Tél. : _____ Fax : _____ Adresse électronique : _____

OBSERVATIONS

	Signature
--	-----------

**ANNEXE 5 : FORMULAIRE DE RÉPONSE AUX DEMANDES DE RESSOURCES DE
LUTTE CONTRE LES INCENDIES**

Date de la demande : ___/___/20___ Heure de la demande : ___ h ___ min

LIEU DE L'ÉVÈNEMENT

Pays _____	District : _____	Municipalité / ville _____
Rue _____	Coordonnées N _____	O _____

DESCRIPTION DE LA SITUATION

--

RESSOURCES ENVOYÉES

Type de ressource	Organisme	Nom de la personne responsable de la ressource	Service(s) à contacter

VLCI-Camion de pompiers léger//VUCI-Camion de pompiers urbain//VECI-Camion de pompiers spécial//VE- Camion de pompiers à échelle//VP- Camion de pompiers à plateforme//VLSA-Véhicule léger de secours et d'assistance//VSAT-Véhicule tactique de secours et d'assistance//VSAE-Véhicule spécial de secours et d'assistance/ABSC-Ambulance de secours/ABO-Ambulance de soins intensifs//VCOT-Véhicule de commandement tactique//VCOC-Véhicule de commandement et de communication//VPMA-Véhicule de protection contre les risques environnementaux multiples//VTTU-Véhicule citerne urbain//VTTP-Véhicule de transport de troupes//ERST-Véhicule de reconnaissance, de secours et de transport.

POINT DE RENDEZ-VOUS

Lieu	Coordonnées
	N
	O

EXPÉDITEUR

Organisme : _____
Personne autorisant l'envoi _____

Tél. : _____ Fax : _____ Adresse électronique : _____

OBSERVATIONS

	Signature
--	-----------